



Psicologia Clínica: as dimensões ético-políticas desse espaço (ainda) desafiador

A PSICOLOGIA CLÍNICA PERMANECE COMO A ÁREA DE MAIOR CONCENTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS, REUNINDO CERCA DE 70% DAS (OS) PSICÓLOGAS (OS) BRASILEIRAS (OS). O FAZER CLÍNICO, CONTUDO, AINDA É PERMEADO PELA VISÃO HEGEMÔNICA DE UMA PRÁTICA PSICOTERÁPICA NEUTRA EXERCIDA NO CONSULTÓRIO PARTICULAR. NESSE SENTIDO, A PSICOLOGIA CLÍNICA DEVE SER PENSADA DE MODO CRÍTICO E AMPLIADO, CONSIDERANDO NÃO APENAS A DIVERSIDADE DAS PRÁTICAS SÓCIO-INSTITUCIONAIS POSSÍVEIS PARA ESSE CAMPO COMO TAMBÉM TODOS OS SEUS ATRAVESSAMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS. (PÁGINA 12)

Psicologia e Laicidade

Laicidade na prática da Psicologia, como ciência e profissão, é uma discussão que vem ganhando cada vez mais espaço em nossa sociedade. Afinal, o que a Psicologia tem a ver com isso? (Pág. 4 e 5)



8ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia

Evento reúne cerca de mil participantes nos dias 27, 28 e 29 de agosto na UERJ. A programação contou com apresentações de trabalhos, atividades culturais, lançamentos de livros e mesas de debates. (Pág. 10 e 11)

EDITORIAL

Amolando facas

O escritor cubano Leonardo Padura Fuentes, em um de seus romances policiais, coloca o investigador Mário Conde, neste momento ainda nos quadros policiais – posteriormente, sairia e se tornaria colecionador de livros e investigador eventual – diante do assassinato de um homossexual. Na investigação, Conde fala com um amigo do assassinado, também homossexual, artista e autor teatral, perseguido e impedido de trabalhar pelo regime, e pergunta: “Você odeia os policiais?”.

A resposta: “Não, meu filho, não. Vocês não são os piores... [Vocês] são socialmente imprescindíveis, tristemente imprescindíveis... Os desgraçados são os outros: os policiais por conta própria, os comissários voluntários, os perseguidores espontâneos, os delatores sem soldo, os juízes por hobby, todos esses que se creem donos da vida, do destino e até da pureza moral, cultural e mesmo da história de um país”.

O professor da UFF e psicólogo Luiz Antônio Baptista os chama, de modo preciso e contundente, de “amoladores de faca”: eles preparam a eficiência da arma penetrante, que será acionada por outros; e, se é que podemos estabelecer gradações nestes casos, são tão ou mais responsáveis que o assassino que enfia a faca.

Atualmente, em nosso país, os amoladores de facas estão indóceis e ativíssimos, pregando e estimulando, por ação ou omissão, os preconceitos, a intolerância e o ódio, utilizando e acobertando-se com fanatismos, fundamentalismos – microfascismos –, muitos deles em situação de poder nas instâncias executivas, legislativas e judiciárias. Três episódios recentes mostram o clima de medo e insegurança criado por uma eficiente produção de subjetividade, veiculada e sustentada pelos meios de comunicação de massa, com efeitos danosos e trágicos na vida cotidiana do país.

No início de 2014, um adolescente é subjugado, maltratado e amarrado, nu, a um poste, em um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, por uma dita milícia que se formara para “proteger os cidadãos”, sob o argumento de que o rapaz era um ladrão contumaz e as autoridades nada faziam para impedir suas ações. A pretensa milícia informa que continuará a agir deste modo, e sua ação é aplaudida e incentivada por moradores do bairro, oportunamente entrevistados, e diversas “autoridades”.

Em abril, uma mulher de 37 anos é linchada e morre em Guarujá, SP, por ser confundida com outra pessoa, que pretensamente sequestraria crianças para usá-las em rituais diabólicos de magia negra.

Como exemplo final (dentre os inúmeros que se poderiam citar) destas situações de extrema vileza, que geralmente se voltam contra as camadas e setores mais humilhados e desprotegidos – os pobres, as “classes perigosas” – de nossa população: um juiz federal do Rio de Janeiro despachou uma ação negando o pedido do Ministério Público Federal para a retirada de vídeos do Youtube que denigrem e deslegitimam as práticas religiosas afro-brasileiras, como a umbanda e o candomblé. O juiz, em seu despacho, argumentou que essas práticas não são religiões; com isso, amolou a faca dos que negam, perseguem, discriminam, excluem e agem violentamente contra essas religiões e seus seguidores.

A Psicologia e as (os) psicólogas (os) no Brasil vêm, desde a década de 1990, quando os espaços institucionais dos Conselhos de Psicologia conheceram os movimentos de abertura e democratização, construindo uma pauta baseada na Ética e na defesa dos Direitos Humanos. É uma pauta de luta contra a intolerância, o preconceito, a discriminação, a exclusão e a violência, simbólica ou material, que se voltam principalmente contra determinados grupos e camadas sociais: os pobres, os pretos, as orientações sexuais divergentes de uma pretensa “norma” – homossexuais, lésbicas, transexuais, bissexuais, travestis e etc. As Resoluções do CFP 001/1999 e 018/2002, que combatem a intolerância às orientações sexuais desviantes da “norma” e o racismo, respectivamente, são exemplos dessa pauta.

Recentemente, um novo tema começou a ser discutido em nossos espaços: a laicidade do Estado brasileiro. É uma discussão que vem em boa hora, já que boa parte desses ataques às liberdades e aos Direitos Humanos das amplas parcelas da população brasileira acima referidas surgem das pessoas, grupos, movimentos e instituições que não respeitam este princípio constitucional básico. É dever do Sistema Conselhos de Psicologia manter e ampliar essa pauta.

EXPEDIENTE

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro • CRP-RJ

R. Delgado de Carvalho, 53 • Tijuca • CEP: 20260-280
Tel./Fax: (21) 2139-5400 | E-mail: crprj@crprj.org.br
www.crprj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes (CRP 05/980), Presidente
Marília Alvares Lessa (CRP 05/1773), Vice-presidente
Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809), Tesoureiro
Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/33761), Secretário

Conselheiros Efetivos:

Ágnes Cristina da Silva Pala (CRP 05/ 32409)
Claudia Simões Carvalho (CRP 05/30182)
Janaína Sant’Anna Barros da Silva (CRP 05/17875)
Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608)
Juraci Brito da Silva (CRP 05/28409)
Marcia Ferreira Amendola (CRP 05/24729)
Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929)
Maria Helena do Rego Monteiro de Abreu (CRP 05/24180)
Maurílio Machado Marchi (CRP 05/ 7592)
Neide Regina Sampaio Ruffeil (CRP 05/ 26238)
Priscilla Gomes Bastos (CRP 05/ 33804)

Conselheiros Suplentes:

Alexandre Nabor Mathias França (CRP 05/32345)
André Souza Martins (CRP 05/33917)
Andris Cardoso Tiburcio (CRP 05/17427)
Denise da Silva Gomes (CRP 05/ 41189)
Fátima dos Santos Siqueira Pessanha (CRP 05/9138)
José Henrique Lobato Vianna (CRP 05/ 18767)
Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667)
Luciana Affonso Gonçalves (CRP 05/ 12614)
Patrick Sampaio Braga Alonso (CRP 05/ 32004)
Simone Garcia da Silva (CRP 05/ 40084)
Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065)
Viviane Siqueira Martins (CRP 05/ 32170)

Comissão Editorial:

Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809)
Janaína Sant’Anna Barros da Silva (CRP 05/17875)
Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608)
José Novaes (CRP 05/980)
Priscilla Gomes Bastos (CRP 05/ 33804)
Rosilene Souza Gomes (CRP 05/10564)

Redação, edição e fotos

Felipe Simões - MTb 31728/RJ
Gizele Martins - MTb 33646/RJ
Caroline Justo (estagiária)

Projeto Gráfico e Diagramação

Julia Lugon

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Contato: ascom@crprj.org.br



POR RODRIGO ACIOLI MOURA*

Após o término da Copa do Mundo de Futebol, realizada no Brasil entre os dias 12 de junho e 13 de julho deste ano – e faltando apenas dois anos para os Jogos Olímpicos de Verão na cidade do Rio de Janeiro (Rio 2016) –, alguns profissionais da Psicologia e de outras áreas que atuam no Esporte ainda desconhecem como deveria funcionar a relação dos psicólogos nessa área para além de uma abordagem que privilegie apenas os aspectos puramente competitivos e de alto rendimento.

Nos últimos anos, através de encontros e reuniões para agregar, informar e orientar os profissionais psicólogos que atuam nesse campo, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro fez um levantamento das práticas e demandas, além de promover debates e seminários para psicólogos, estudantes e profissionais de áreas afins para fomentar a prática da Psicologia junto ao Esporte.

No esporte de alto-rendimento, a Psicologia geralmente é procurada para ser mais uma ferramenta em prol do desenvolvimento e desempenho do atleta, visando a um melhor resultado em competições. Mas, ultimamente, a Psicologia passou a ser procurada

A Psicologia no Esporte e o Esporte na Psicologia

também para trabalhar a qualidade de vida e promoção de Saúde, não apenas para os atletas como também para todos os demais atores envolvidos no contexto do Esporte.

É importante destacar que o esporte de alto-rendimento deixou, há muito tempo, de ser um sinônimo de saúde e bem-estar. Uma prova disso é a nossa frequente participação em discussões sobre: 1) As consequências biológicas, psíquicas e sociais daqueles que vivem nesse meio e 2) As violações de princípios (Direitos Humanos) e estatutos legais (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) em competições e treinamentos desportivos.

Além de sua atuação buscando o alto-rendimento, a atuação do psicólogo também acontece no lazer, na reabilitação, no âmbito escolar, nos projetos sociais e na iniciação esportiva, visto que o Esporte e as atividades físicas também podem funcionar como ferramentas junto à Psicologia, podendo, assim, ajudar no desenvolvimento intelectual, social e da saúde.

Atuando nesta área, alguns colegas têm escutado queixas de instituições e profissionais de áreas afins no que diz respeito à atuação de psicólogos, sendo algumas pertinentes e outras não. As não pertinentes ocorrem em função de ideias equivocadas e da falta de conhecimento a respeito da prática da Psicologia nesse campo; as pertinentes são relacionadas a resultados negativos e atitudes antiéticas por parte de alguns profissionais.

Por isso, temos grandes desafios para enfrentar nesse momento: (1) Melhorar a imagem dos psicólogos no meio esportivo; (2) Promover a prática profissional neste meio; (3) Congregar os profissionais que já atuam nesse campo; e (4) Apresentar à sociedade a prática esportiva como importante ferramenta para o desenvolvimento social, cognitivo e da Saúde Mental.

Movimentos Sociais e Políticas Públicas

Como o Código de Ética Profissional do Psicólogo é baseado nos princípios dos Direitos Humanos, cabe a este Conselho Regional garantir à sociedade como um

tudo uma prática psicológica adequada e comprometida com a Ética e o respeito aos usuários desses serviços.

Daí a aproximação do CRP-RJ com as discussões políticas e lutas de movimentos sociais. No Esporte, como já noticiado em diversas mídias, também acontecem discriminações contra raças, gêneros, sexualidade, religiosidade, deficiências e classes sociais. E, com a chegada dos grandes eventos esportivos em nossa cidade, algumas ações, inadequadas e violadoras de leis e direitos, vêm acontecendo deliberadamente em nome destes.

Assim, cabe também ao CRP-RJ participar dessas discussões e lutas para garantir a essas populações os seus direitos e, aos psicólogos que atuam junto a elas, as devidas orientações para que possam exercer suas atividades profissionais com tranquilidade e segurança, em obediência às normas técnicas e aos princípios éticos da profissão.

Experiências durante a Copa do Mundo de Futebol

Durante a última edição da Copa do Mundo, muito se falou e reclamou a respeito da participação da Seleção Brasileira no campeonato, e também muito se discutiu e criticou sobre o trabalho psicológico realizado junto aos jogadores, os quais estariam sob forte pressão por disputar a competição em seu próprio país. A respeito desse trabalho, muitas críticas e exigências foram feitas e, a partir disso, percebeu-se um reconhecimento desse trabalho e a confirmação sobre sua importância, as expectativas que gerava e o desconhecimento ainda existente sobre ele.

Com a ideia de agregar, informar e orientar os psicólogos e também aproximar os estudantes e demais profissionais interessados nessa temática, o CRP-RJ passa a organizar encontros periódicos no auditório de sua sede e em suas subsedes.

No dia 6 de agosto, aconteceu, na sede do CRP-RJ, o “Dialogando com o CRP-RJ – Psicologia no Esporte: contribuições e desafios” (veja mais na página 23). O vídeo completo do evento está disponível em nosso canal do Youtube pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=oV98V8cnibU>.

* Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/33761) é psicólogo clínico, conselheiro-secretário do CRP-RJ e membro da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte – ABRAPESP.



Religiosidade e laicidade: o que nós, psicólogos, temos a ver com isso?

POR JOSÉ HENRIQUE LOBATO VIANNA*

Apreciamos ao longo dos tempos o surgimento de preceitos, éticas e valores que deram base ao que chamamos de cultura. Dentre esses modelos, temos, por exemplo, os que provêm das religiões, estas cunhadas sob o ideário da transcendência e da limitação humana. No livro "Imagens e símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso", Mircea Eliade comenta que as imagens, os símbolos e os mitos têm por função revelar as mais secretas modalidades do ser.

Entendendo, como Felix Guattari, que as subjetividades são forjadas e modeladas no registro social, e as expressões de crença advindas das religiosidades passam por esta modelagem fabricando paixões, por vezes, intolerantes e segregadoras, vide o fundamentalismo imperante em certos segmentos religiosos.

Portanto, não devemos mais nos furtar a pôr em debate quando o tema em questão diz respeito ao ponto da laicidade e das religiosidades quando as vemos próximas do campo da Psicologia.

A psicanalista francesa Françoise Dolto, em seu livro "O Evangelho à luz da Psicanálise", trata das implicações dessa disciplina no campo das religiosidades e pode ajudar um pouco nesta reflexão acerca da posição de qualquer profissional, independentemente de ser psicólogo, quando se vê confrontado com o discurso religioso. Dolto faz um apanhado de determinadas passagens bíblicas conduzindo-as, pelo viés psicanalítico, para a atualidade. Neste livro, ela discorre sobre suas experiências de infância, bem como do período anterior à entrada da Psicanálise na sua vida. Fala, portanto, de sua própria crença em relação ao sagrado e como isto incide na sua vivência como pessoa. Partindo dessa história, podemos inferir que, antes de nos tornarmos profissionais, trazemos já impressas em nossas memórias as marcas da cultura e, sendo assim, nossas vivências devem ser respeitadas

e acolhidas. Dentre estas manifestações simbólicas, podemos ter, dependendo da formação pessoal, lembranças de experiências de cunho religioso ou, mesmo ainda, ser um religioso contrito e participante nas mais diversas instituições que lidam com o sagrado. Isso é do âmbito da intimidade da pessoa. Entretanto, quando estamos no exercício da profissão, devemos ter clareza em relação aos cuidados que prestamos àqueles que nos buscam solicitando nossos serviços. Não cabem, neste instante, nossas crenças ou descrenças, mas sim a responsabilidade que devemos ter para com o outro, que, por suas razões pessoais, nos busca como profissionais éticos e respeitosos.

Que o Estado brasileiro é laico, todos sabemos, mas quais são os limites entre laicidade e religiosidade quando se trata da construção de um saber e de um fazer como os ligados ao exercício da Psicologia? O que acontece quando se mistura crença pessoal com o exercício profissional? Quais são as implicações desse ato?

O Código de Ética do Profissional Psicólogo inicia seu texto sustentando que a práxis desse profissional se baseará "no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano", sendo seus princípios norteados pelos valores expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Diz ainda que o psicólogo "atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural". O lidar com a diferença nos remete ao limite entre aceitar e respeitar.

Pode ser que não se aceite como crença uma determinada manifestação religiosa, mas se deve respeitá-la como profissão de fé daquele que crê. Ou mesmo quando nos deparamos com aqueles que nada professam e que também devem ser respeitados por suas convicções agnósticas ou ateias. Temos responsabilidades em nossas condutas profissionais e devemos ter cuidados quando tratamos da integridade psicofetiva daqueles que recebem nossos serviços nos mais diversos espaços de trabalho. Além do que, pelo próprio Código de Ética, em seu artigo 2º, é vedado ao psicólogo "induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais".

Temos lido, visto e ouvido nas mídias escrita, visual e falada assuntos que envolvem temas ligados à esfera religiosa: como um criança judia ter que rezar um credo cristão junto à turma sob ameaça de punição ou mesmo outro fato ocorrido em que menina que professa religião de matriz africana não poder mos-

* José Henrique Lobato Vianna (CRP 05/18767) é psicólogo clínico, conselheiro do CRP-RJ, mestre em Memória Social pela UNIRIO e doutor em Psicologia Social pela UERJ. Foi membro da Comissão Gestora do CRP-RJ entre 2003 e 2004 e conselheiro durante o XI (2004-2007) e XII (2007-2010) Plenários do CRP-RJ.

trar sua crença na escola por se sentir ameaçada em revelar suas convicções nas aulas de religião. Como nós, que trabalhamos com a saúde mental, nos posicionamos em relação a isso?

Esses pontos ajudam à reflexão sobre quais são os limites da profissão quando se apresentam, por exemplo, questões de ordem religiosa.

No VIII Congresso Nacional da Psicologia, em 2013, dentre tantas outras deliberações aprovadas pelas (os) psicólogas (os) eleitas (os) democraticamente nos diversos Congressos Regionais, ficou determinado que uma das ações a ser implementada pelo CFP e pelos CRPs no triênio 2013/2016 estaria baseada na construção de debates com a categoria acerca da questão da laicidade na profissão e a promoção dos Direitos Humanos. Tal diretriz tem por intenção fomentar o diálogo entre a Psicologia e a religiosidade/espiritualidade, bem como questionar os posicionamentos fundamentalistas que por ventura possam aparecer em determinados discursos e práticas de profissionais da área da Psicologia que calcam sua mensagem pelo viés religioso, ao invés do embasamento técnico e científico que devem pautar a sua prática.

Está, portanto, aberto o debate: pode a (o) psicóloga (o) ser religiosa (o)? Pode ser agnóstica (o)? Ateia (ateu)? Será que é esta a pergunta a ser feita ou devemos sair dos embates de foro íntimo e pessoal e partir para a reflexão a que diz respeito do espaço público que a profissão nos leva? Como conjugar crença pessoal com atuação profissional sem perdas nem danos para aquele que professa qualquer tipo de religiosidade?

Desde os primeiros encontros internacionais em que se debatia a Psicologia no contexto social, o tema das religiosidades se apresentava nas discussões dos congressistas. Com isso, podemos considerar que essa temática já era bem atrativa para os debatedores. Conclui-se que a ciência psicológica vem ajudando, há muito tempo, vários setores da sociedade, inclusive os religiosos.

Na história da Psicologia brasileira, temos em destaque alguns religiosos que contribuíram na sua construção e afirmação como ciência e profissão. O primeiro curso de Psicologia no país teve como um dos idealizadores o religioso jesuíta Antonius Benkő, na PUC-Rio em 1957. Além disso, Padre Benkő participaria mais tarde da formação do I Plenário do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, em 1974, como vice-presidente.

O segmento religioso viria a buscar nos testes psicológicos, em alguns momentos, a base para avaliação dos noviços que pleiteavam adentrar na vida contemplativa e oblativa. Muitos foram os religiosos que iniciaram o curso de Psicologia nas décadas de 1960 e 1970, período áureo dos primeiros cursos em plena ditadura militar. Hoje em dia, muitas pessoas, das mais variadas filiações religiosas, têm buscado na Psicologia recursos para seus serviços, seja como psicólogos ou mesmo nas instituições religiosas às quais pertencem.

Infelizmente, o debate sobre o tema nos espaços acadêmicos ainda é incipiente e poucas são as instituições que se abrem para o estudo das questões pertinentes à Psicologia e Religião. As faculdades de Psicologia não estão habituadas a tratar desse tema; poucas são aquelas que ofertam algum tipo de discussão, seja em disciplinas “Psicologia e Religião” ou mesmo em debates mais aprofundados em alguma matéria, como por exemplo, na de ética profissional. É uma pena, pois as agências formadoras, ao não abrirem espaços para discussão desse tema, possibilitam certos equívocos que poderiam ser, pelo menos, atenuados em relação à atuação desse futuro profissional.

"A Psicologia deve ser laica em sua organização, porém nada a impede de estudar os fenômenos de ordem religiosa que se apresentam nas mais variadas culturas."

A Sociologia e a Antropologia já avançaram mais em suas pesquisas e discussões sobre o tema das religiosidades, mas a Psicologia ainda se mostra receosa em aprofundar seus estudos. Algumas ações, contudo, já acontecem: a ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia) promove discussões acerca da Psicologia da Experiência Religiosa desde 1997 no Grupo de Trabalho de Psicologia e Religião. Tal grupo tem por objetivo o estudo, entre outras coisas, da experiência religiosa na formação da personalidade, bem como o seu atravessamento na prática clínica e na formação do psicólogo, tendo, inclusive, já realizado nove seminários nacionais e organizado e publicado alguns livros onde abordam o estudo da Psicologia da Religião. Tal tema é pesquisado em diversos países, tendo sociedades de ensino que promovem tal ação, tal como a International Association for the Psychology of Religion, fundada em 1914 na Alemanha.

Podemos pensar neste ínfimo debate a partir de possíveis receios de se associar a Psicologia às questões ligadas à alma, como nos primórdios dessa disciplina, ainda muito próxima à metafísica, se é que são estes os argumentos que permeiam o impasse e a pouca apropriação do debate.

Isso, porém, não acontece somente no Brasil: o livro *"Psicologia y Religion"*, organizado por César Roberto Avendaño Amador, da Universidade Nacional Autónoma do México, traz relatos de profissionais da América Latina que abordam as tensões entre esses saberes em seus países. O papel que nos cabe como pesquisadores do campo “psi” e o de estudar os efeitos da manifestação religiosa na vida pessoal e coletiva da humanidade e não o de afirmar ou refutar se elas estão certas ou erradas como metodologias. A Psicologia deve ser laica em sua organização, porém nada a

impede de estudar os fenômenos de ordem religiosa que se apresentam nas mais variadas culturas. Com certeza, tanto a religião, com seus valores e crenças, quanto a Psicologia, como ciência e profissão, têm muito a contribuir uma com a outra.

No livro *"Em Nome de Deus"*, de Karen Armstrong, encontra-se o estudo acerca do fundamentalismo no interior das principais religiões monoteístas: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Ao longo da história, vemos em várias culturas que, em nome de Deus, se matam aqueles que não professam a mesma crença. Meninas, como as da Nigéria, são sequestradas e obrigadas à conversão forçada à religião dos sequestradores, ou seja, se destroem culturas e sonhos, se uniformizam pensamentos e robotizam sentimentos. O que podemos pensar desse tipo de ação? No Brasil, encontramos manifestações de intolerância quando se trata de determinados segmentos religiosos quando próximos a diferentes expressões/manifestações de religiosidades. O que os profissionais da Psicologia dizem disso?

A negação dos direitos democráticos e do pluralismo religioso não cabe nesse segmento fundamentalista que afasta qualquer ideia ou desejo que não seja o que acredita ser a verdade, pois partem para o combate quando entendem como ameaça que os valores mais sagrados estão postos em xeque. Num estado secular, tal prática é inadmissível, pois a liberdade de expressão e de credo faz parte do cotidiano dos cidadãos.

Aceitar e respeitar não são sinônimos, pois posso não aceitar determinados argumentos, mas devo respeitá-los como ideia do outro. Cada um pode construir suas verdades e partilhar com os grupos que pensam do mesmo modo, mas impingir ao outro a ideia que acredita ser verdadeira é ultrapassar os limites do bom senso e do respeito ao próximo. O excesso em relação a alguns discursos que chegam de forma impositiva e nem um pouco reflexiva e respeitosa nos impele ao contra-argumento e defesa irrestrita do respeito às diferenças. Como já dizia Mahatma Gandhi, as religiões são caminhos diferentes que convergem para o mesmo ponto, ou seja, rumam para algo ligado à ordem da transcendência. Independentemente de sermos religiosos ou não, seguimos a vida, por vezes em caminhos diferentes, mas almejamos, quase que de forma coletiva, a felicidade, o amor, a vida.

As questões de respeito às diferenças no campo das religiosidades fazem parte inerente da luta pelos Direitos Humanos e para isso devemos estar atentos à formação do aluno e futuro profissional de Psicologia, bem como daqueles já atuantes nas diversas esferas em que a Psicologia se encontra. Cabe, portanto, à academia e aos órgãos reguladores da profissão a abertura de espaços para a discussão de assuntos pertinentes às questões religiosas para, quem sabe, possíveis equívocos produzidos nesta esfera sejam cada vez mais ecos de um passado remoto, não mais evocados na atualidade.

Programa Saúde nas Escolas: sete anos depois



IMPLEMENTADO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO HÁ SETE ANOS, O PSE OBTEVE IMPORTANTES AVANÇOS, MAS A PROMOÇÃO DA SAÚDE NAS ESCOLAS AINDA ENFRENTA GRANDES DESAFIOS

Instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, o Programa Saúde na Escola (PSE) constitui uma estratégia de articulação permanente entre políticas públicas do campo da Saúde e da Educação a partir de uma série de ações voltadas à promoção de saúde nas escolas e baseadas no tripé “saúde, educação e desenvolvimento social”.

O PSE conta com a atuação de equipes multiprofissionais compostas por psicólogos, assistentes sociais, cirurgiões-dentistas, enfermeiros, médicos, nutricionistas e fonoaudiólogos.

Embora seja uma política nacional, o desenvolvimento e a implantação do PSE devem acontecer em âmbito municipal, cabendo a cada prefeitura buscar a adesão ao programa de acordo com os requisitos estabelecidos em lei, tais como:

- Ter unidades de saúde de referência para as escolas;
- Compor o Grupo de Trabalho Intersetorial que elaborará o projeto e acompanhará a implantação e o desenvolvimento do PSE;
- Elaborar o projeto de maneira conjunta entre a Secretaria da Saúde e da Educação;
- Incluir a saúde no projeto político-pedagógico da rede pública;
- Alimentar as informações necessárias ao acompanhamento dos indicadores nacionais propostos.

Às vésperas de completar sete anos, cabe avaliar essa política pública nos municípios que aderiram. Uma das ações realizadas pela Comissão de Psicologia e Educação do CRP-RJ (veja mais no box da página 7), que vem se reunindo periodicamente na sede do Conselho, foi a retomada da reflexão sobre o PSE, intensamente debatido pelo CRP-RJ no momento de sua criação.

Naquela época, os principais questionamentos das (os) psicólogas (os) eram: “Qual o papel da Psico-

logia nas ações de promoção da saúde no contexto escolar?”, “Como garantir a intersetorialidade como estratégia geradora de redes nessa ação?” e “Como fazer a rede funcionar como um dispositivo com capacidade de gerar mais efeitos de diferenciação e menos efeitos de medicalização e patologização?”.

Conversamos com Dilma Cupti, que integra a Coordenação de Saúde da Escola da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Rio de Janeiro, para saber como o programa vem sendo desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro. Confira abaixo a entrevista.

Fale um pouco, por favor, sobre o PSE e de como o programa funciona no município do Rio de Janeiro.

Dilma: O PSE funciona da seguinte forma: o município faz a adesão ao programa através de um sistema de informação do governo federal. Nesse sistema, o município correlaciona as unidades de saúde com as escolas de referência do seu território, assumindo o compromisso de realizar as ações pactuadas no Decreto Presidencial nº 6.286.

Quais são as principais diretrizes dessa política?

Dilma: A integração das redes do Sistema de Educação e do Sistema Único de Saúde nas diferentes comunidades adstritas a partir da criação de uma contínua e sustentada articulação entre as escolas públicas e as unidades básicas de Saúde da Família por meio da realização de ações dirigidas aos alunos.

Quais os principais avanços obtidos no Rio de Janeiro desde 2007?

Dilma: A inclusão das creches e Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI) nessas ações e a participação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em áreas do programa, por exemplo. Além disso, conseguimos descentralizar as ações formando os Núcleos de Saúde na Escola e na Creche (NSEC) nas dez áreas programáticas da cidade com pelo menos um representante da CAP (Coordenadoria de Área Programática) e um representante da Coordenadoria Regional de Educação, que, por sua vez, desdobram as ações propostas em toda a cidade. Realizamos também uma reunião mensal com esses representantes e outros atores estratégicos para a execução do Programa no município.

Quais são os principais obstáculos que o programa enfrenta? O que ainda precisa avançar?

Dilma: O maior desafio é a própria intersetorialidade. Agir de forma transversal e integrada é complexo e delicado, pois inclui o respeito ao processo de cada setor e a compreensão de referenciais teóricos diferentes e, às vezes, divergentes. Além disso, posso citar também os desafios de fazer chegar ao aluno as ações

Comissão de Psicologia e Educação do CRP-RJ

A Comissão de Psicologia e Educação (COMPSIEDUC) do CRP-RJ, instituída no começo desse ano pelo XIV Plenário, visa a ser um espaço de diálogo e reflexão permanentes entre a Psicologia e a Educação.

Entendemos que a Psicologia está presente de diversas maneiras no campo educacional: ela circula e permeia diversos espaços, legitimando determinadas práticas e modos de pensar e agir na profissão.

O objetivo da COMPSIEDUC, portanto, é manter e ampliar as discussões com a categoria sobre as relações entre a Psicologia e a Educação no que se refere a limites, impasses e possibilidades.

Afirmamos uma Psicologia que questiona o aprisionamento da vida escolar e que se implica em lutas contra a medicalização, a patologização,

a judicialização e a criminalização da vida. Para isso, viabilizamos canais de interlocução junto aos profissionais que atuam nas redes de educação com a esfera legislativa e com o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (para saber mais a respeito, acesse www.medicalizacao.org.br), de cuja secretaria-executiva fazemos parte neste ano.

A COMPSIEDUC, afirmando a criação de novos modos de atuação da categoria em sintonia com a defesa dos Direitos Humanos, acredita que a potência da Psicologia se dá através de uma relação de permanente troca entre os diferentes campos e as diferentes áreas de saber, interrogando as próprias práticas. Que lugar a Psicologia tem ocupado no desenho curricular da formação de professores? Como tem atuado a (o) psicóloga (o) no sistema educacional? Como tem se dado as relações intersetoriais?

Se interessou?

Então, entre em contato com a COMPSIEDUC pelo e-mail compsieduc@crprj.org.br.

propostas, de construir indicadores que facilitem o monitoramento e a avaliação do Programa, de qualificar as ações desenvolvidas e de acompanhar os casos mais individualmente quando se encontra alguma alteração que influencia a saúde, como, por exemplo, a obesidade e a cárie, entre outros.

Como você avalia o papel da Psicologia nessa política?

Dilma: A participação da Psicologia é fundamental no que diz respeito à promoção da Saúde e à capacitação dos profissionais. Também vejo que a contribuição da Psicologia é fundamental para desfazer os mitos em relação ao atendimento de crianças e adolescentes com transtornos e até mesmo na discussão sobre a desmedicalização do fracasso escolar.

INFORMES DO SINDICATO DOS PSICÓLOGOS (SINDPSI/RJ)

O Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro (SINDPSI/RJ) vem atuando em conjunto com o CRP-RJ em defesa dos direitos das (os) trabalhadoras (es) psicólogas (os), respeitando-se sempre as especificidades de cada instituição, segundo suas respectivas atribuições legais.

Para exemplificar, podemos citar a participação de ambas as instituições no encontro com os gestores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio para tratar, entre outras, de questões relativas às condições de trabalho, à ética profissional e ao respeito ao piso salarial da categoria.

Destacamos também o encontro na Câmara de Vereadores com o vereador Reimont (PT-RJ) e com representantes da Secretaria Municipal de Educação do Rio (SME/RJ) e do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ) para defender a abertura de cargo de psicóloga (o) na SME/RJ.

Participamos, ainda, na subsede do CRP-RJ em Campos dos Goytacazes, de uma reunião com os profissionais da região para discutir Ética e condições de trabalho.

Além dessas ações, temos realizado diversos encontros na subsede do CRP-RJ em Nova Iguaçu para, em conjunto com o CRP-RJ e a categoria da região, discutir e colocar em prática estratégias de defesa dos direitos das (os) psicólogas (os) dos diversos municípios da Baixada Fluminense, tais como:

- Nova Iguaçu: Ação para a convocação das (os) profissionais aprovadas (os) no concurso público para a prefeitura municipal, tendo em vista a possível não renovação da validade do concurso;

- Belford Roxo: Convocação das (os) profissionais concursadas (os) e defesa da carga horária de 20 horas semanais para as (os) psicólogas (os) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

- Queimados: Respeito ao piso salarial da categoria;
- Mesquita: Ação para convocação das psicólogas aprovadas;
- Japeri: Ação para realização de nova prova no concurso público municipal, conforme determinação do Ministério Público;

Com isso, o SINDPSI/RJ entende que, quando as duas instituições representativas das (os) psicólogas (os) – o Sindicato e o Conselho – atuam em conjunto em prol dos interesses das (os) profissionais, a categoria só tem a ganhar.

Contato: sindpsi-rj@sindpsi-rj.org.br / (21) 2224-1762 ou 2224-1746

Os psicólogos e os Direitos Humanos



FERNANDO FRAZÃO / AGÊNCIA BRASIL

POR JANNE CALHAU MOURÃO*

Neste ano em que “descomemoramos” os 50 anos do golpe, infelizmente, constatamos que o fim da ditadura militar (1964-1985) não significou que as violações dos Direitos Humanos tenham cessado. Vimos a passagem da política de segurança nacional para as de segurança urbana, com a persistência dos “inimigos internos”. Tais inimigos são definidos hoje segundo critérios sociais, geográficos, em nome do progresso e da modernização urbana, do combate às drogas e à criminalidade, entre outros.

Assim, as políticas de segurança pública mantêm ações violentamente repressivas contra certos segmentos sociais e nas periferias nos moldes das ações militares da época da ditadura. Vemos isso também acontecer em áreas rurais, com populações indígenas e em manifestações populares nas ruas – nas quais as pessoas podem ser tratadas como totalmente desprovidas de cidadania.

Como a cidade do Rio de Janeiro passou a integrar o calendário mundial de megaeventos (além do Carnaval e do Ano Novo), observam-se ações de remoções forçadas em comunidades e o recolhimento compulsório da população em situação de rua, além

de outras, para embelezamento da cidade e/ou revitalização de algumas de suas áreas.

Com essas medidas e a espetacularização das notícias na grande mídia, essas políticas têm obtido o apoio de segmentos sociais mais privilegiados, sempre ávidos por garantias individuais e patrimoniais de segurança.

Temos notícia, cotidianamente, de violações graves aos direitos fundamentais de cidadania nas instituições totalizantes e, embora tenhamos avançado muito na direção da construção democrática e de conquistas sociais, em alguns aspectos, ainda vivemos em uma espécie de democracia exclusora, na qual a cidadania não está garantida para todos, mas apenas para uma parte dos brasileiros.

Acreditamos que a banalização das violações de direitos, tanto ontem quanto hoje, está fundada na concepção natural de Direitos Humanos na qual alguns definem quem pode ser considerado humano e detentor de direitos ou não. Nessa concepção, não costumam ser considerados humanos, os subversivos (de outrora) e os perigosos (de hoje), presidiários, transgêneros, “crakudos”, “monstros”, “degenerados”... À parte do grupo cada vez mais crescente de excluídos vemos os que têm historicamente assegurados os plenos direitos de cidadania.

Ao contrário da noção natural de direitos, produzida pelas subjetividades hegemônicas, pensamos os Direitos Humanos como construção histórico-política, conquistada com a participação ativa dos movimentos sociais. A Comissão Regional de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRDH/CRP-RJ), apostando em uma perspectiva na qual a subjetividade é entendida dentro do contexto dinâmico das produções sociais e acreditando que não exista apenas a possibilidade de agir e reagir frente ao já instituído no mundo, deseja contribuir, junto com o coletivo de psicólogos, para a busca/ invenção de caminhos alternativos e diferenciados de construção de direitos para todos – direito a diferentes modos de viver e estar no mundo.

Nós psicólogos, profissionais de Saúde em qualquer área que atuemos, temos sido marcados em nossa formação por uma abordagem, em geral, excessivamente técnica, fragmentada e restrita às fronteiras de cada disciplina, o que pode produzir em nossa prática profissional a tendência de excluir de nosso campo de análise o cenário político-social no qual os acontecimentos estão inseridos.

Contudo, lembremo-nos, a prática profissional também exige de nós uma escuta sensível às manifestações contemporâneas do mal estar. Quando nos deparamos em nossas funções com casos de violência do Estado e/ou praticadas por seus agentes, nossa atenção deve estar direcionada ao sofrimento psíquico que delas decorrem, especialmente em contextos de impunidade dos violadores e pelo frágil exercício de cidadania dos grupos politicamente minorizados. Se nós psicólogos não tivermos esse cuidado, tenderemos a reforçar a negação das violações e o silenciamento sobre elas, o que produzirá a individualização/privatização dos danos apenas nos corpos e mentes dos diretamente afetados (e seus familiares). Inexoravelmente, essas práticas levarão a retraumatizações sucessivas, prolongando seus danos subjetivos.

Por ser temática transversal, não um campo isolado de atuação, os Direitos Humanos, assim como a Ética, que constituem as bases de nosso código de conduta profissional, devem atravessar todas as práticas psicológicas em qualquer área de nossa atuação.

*Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608) é psicóloga e presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH) do CRP-RJ. | Demais componentes da CRDH: Luciana Affonso Guimarães (CRP 05/12614), Helena do Rego Monteiro de Abreu (CRP 05/24180), Sílvia Helena Calmon Bemfica (CRP 05/8795), Julia Horta Nasser (CRP 05/33796), Janaína Sant’Anna Barros da Silva (CRP 05/17875) e Neide Regina Sampaio Ruffeil (CRP 05/26238). | Integrando a CRDH e o GT Integrado Psicologia e Relações Étnico-Raciais, Diversidade Sexual e Identidades de Gênero: Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929); Priscila Gomes Bastos (CRP 05/33804), Alexandre Nabor Mathias França (CRP 05/32345), Andris Cardoso Tibúrcio (CRP 05/ 17427), Maiara Fafini Severiano (CRP 05/43721) e Rui Massato Harayama (Antropólogo/Cientista Social).



TANIA REGO/ AGÊNCIA BRASIL

ENTREVISTA COM A CONSELHEIRA DO CRP-RJ MARIA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO

Racismo Institucional caracteriza-se pelo fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Consta-se que as políticas públicas, e as redes de serviços delas derivadas, não chegam da mesma forma para todos os grupos sociais, notadamente algumas populações específicas (negros, indígenas e populações tradicionais, por exemplo).

Nos últimos anos, esse tema tem sido uma importante pauta da Psicologia brasileira, e, para falar um pouco mais a respeito, conversamos com a psicóloga Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929), conselheira do CRP-RJ, coordenadora do Grupo de Trabalho Integrado Psicologia e Relações Étnico-Raciais, Diversidade Sexual e Identidades de Gênero da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ e representante do CRP-RJ na ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es).

O que se pode dizer sobre Racismo Institucional no Brasil?

Conceição: Vou citar um exemplo para ajudar no entendimento desse conceito: pela Constituição, todas as crianças têm acesso e permanência garantidos na

Entrevista: Racismo Institucional e Psicologia

escola, independente da cor, religião ou origem racial ou étnica. Entretanto, é na população negra que se verificam os maiores índices de reprovação e evasão escolar. Não se dá atenção a esse detalhe, posto que comumente se afirma que a escola atende a todos igualmente. Então, por que esses índices se mantêm? O Racismo Institucional se constata exatamente aí, quando não se coloca em análise o já estabelecido e quando os prestadores de serviço adotam comportamentos discriminatórios decorrentes da falta de atenção, da ignorância, do preconceito ou de estereótipos racistas.

Diante dessa problemática, seria possível apontar a raiz do Racismo Institucional no Brasil?

Conceição: É interessante ter em mente que não se trata de um novo tipo ou nova forma de racismo. O Racismo Institucional sempre coloca pessoas pertencentes a grupos raciais ou étnicos discriminados em desvantagem quanto ao acesso a bens e serviços gerados pelo Estado e/ou por demais instituições e organizações. Até pouco tempo, se explicava a permanência da população negra nos níveis mais baixos da “pirâmide” social como herança da escravidão; hoje, entendemos que isso ocorre porque existem normas e práticas institucionais que perpetuam as desigualdades.

O que é preciso para que haja um progresso de fato no combate ao Racismo Institucional?

II PSINEP reúne mais de 100 psicólogas(os) em Recife (PE)

A Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP) promoveu, entre 1º e 3 de maio, em Recife (PE), o II PSINEP - Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es).

Reunindo mais de 100 participantes, o evento teve como tema “12 anos de uma Resolução invisível”, em referência à Resolução CFP nº 018/2002, que estabelece normas de atuação das (os) profissionais de Psicologia em relação ao preconceito e discriminação raciais, mas permanece ainda pouco conhecida entre as(os) psicólogas(os).

A programação contou com mesas-redondas,

Conceição: É preciso, primeiramente, se apropriar desse conceito e, a partir daí, tornar o racismo visível nas instituições e na sociedade para combatê-lo, além de políticas públicas que realmente deem conta das especificidades das populações atingidas pelo Racismo Institucional.

Qual tem sido a atuação do CRP-RJ nessa discussão e qual a sua importância?

Conceição: O CRP-RJ participa ativamente do Grupo de Trabalho Nacional para evidenciar a Resolução CFP nº 018/2002 e tem norteado sua ação a partir do compromisso com a defesa dos Direitos Humanos: essa é uma posição ética e política em face da construção e consolidação de uma sociedade que seja de fato democrática. Deve-se considerar que há bem pouco tempo o Estado brasileiro reconheceu ser o racismo um dos determinantes das desigualdades sociais, e apenas no século XXI esse debate de fato começa a ganhar corpo na sociedade, surgindo, então, políticas públicas voltadas à população negra. Penso que cabe à Psicologia e aos “psis” buscar cada vez mais comprometerem-se com o tema das relações raciais e contribuir para que tenhamos uma sociedade na qual a diversidade humana seja entendida como riqueza.

A entrevista na íntegra está disponível em nosso site pelo link: <<http://www.crprj.org.br/noticias/2014/050514.html>>

rodas de conversa e apresentações de trabalhos. Ao todo, foram mais de 40 trabalhos apresentados nos formatos de comunicação oral, oficinas e minicursos. Foram promovidas, ainda, atividades culturais, dentre as quais a exibição do filme “Afro-Cariocas: passado, presente e futuro”, do angolano Aristóteles Kandimba.

Representando o estado do Rio, participaram do evento seis psicólogas (os), três delas pelo CRP-RJ: as conselheiras Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929) e Andris Cardoso Tibúrcio (CRP 05/17427) e a colaboradora Carina Augusto da Cruz (CRP 05/37581).

A cobertura completa do evento está disponível em nosso site pelo link: <<http://www.crprj.org.br/noticias/2014/050914.html>>.

8ª Mostra reúne mil participantes em três dias de evento

FORAM CERCA DE MIL PARTICIPANTES, MAIS DE 200 TRABALHOS APRESENTADOS, MESAS DE DEBATES, LANÇAMENTOS DE LIVROS E APRESENTAÇÃO CULTURAL.

Com um público recorde de mil participantes – vindos de diversas regiões do estado do Rio e também do país –, a 8ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia movimentou, nos dias 27, 28 e 29 de agosto, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com mesas de debates, apresentações de trabalhos, mesas temáticas e atrações culturais.

O evento teve cerca de 150 trabalhos apresentados no formato “Apresentação Oral” e outros 60 no formato “Exposição de Pôsteres”, além de 12 mesas temáticas. Nessa edição, os trabalhos foram inscritos a partir de três eixos temáticos: “Políticas Públicas e Garantias de Direitos”, “Práticas Clínicas e Institucionais em espaços públicos e privados” e “Construção de conhecimento em Psicologia: Produções acadêmicas ou de pesquisa nas diversas áreas da Psicologia”.

A programação da 8ª Mostra contou também com outra importante atração: a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-RJ organizou um “Espaço Instalação” com título “Código de Ética: um encontro para além das normas”. Nele, os participantes eram provocados sensorialmente a refletir sobre diversos temas pertinentes ao Código de Ética do Psicólogo.

Abertura

Na data em que se comemora o Dia da (o) Psicóloga (o), a 8ª Mostra começou com apresentações de trabalhos na parte da manhã e da tarde. Em seguida, teve início a mesa de abertura, que contou com a participação do presidente do CRP-RJ, José Novaes (CRP



Mesas de debates lotaram o auditório da UERJ nos três dias de evento

ARQUIVO CRP-RJ

05/980), do presidente do Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro, Marinaldo Santos (CRP 05/5057), da conselheira do Conselho Federal de Psicologia Maria da Graça Jacques e da coordenadora do Instituto de Psicologia da UERJ, Rita Manso.

Houve também a mesa de debates "Políticas Públicas e Garantias dos Direitos", mediada pelo conselheiro-tesoureiro do CRP-RJ, Alexandre Trzan (CRP 05/35809), e com participação de Fernanda Magano (CRP 06/41191), presidente da FENAPSI (Federação Nacional dos Psicólogos), e Esther Arantes (CRP 05/3192), professora da PUC-Rio e UERJ e pesquisadora na área da Criança e Adolescente.

Esther promoveu uma reflexão sobre os valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos e questionou o modo pelo qual a nossa sociedade atual defende a garantia desses direitos ao mesmo tempo em que os viola. A seguir, Fernanda falou das estratégias de fortalecimento e valorização das (os) profissionais de Psicologia em nossa sociedade e das armadilhas éticas nas quais muitas (os) psicólogas (os) se veem envolvidas (os) em suas atuações cotidianas.

Homenagens

Ao término da primeira mesa de debates, teve início outro ponto alto da abertura da 8ª Mostra: a

entrega de homenagens a três psicólogos (os) pela importância de suas atuações e contribuições para a Psicologia brasileira.

O primeiro homenageado foi o psiquiatra cubano-espanhol Emilio Mira y López, fundador do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), em 1947, no Rio de Janeiro, e um dos precursores nos debates pela regulamentação da Psicologia no Brasil. Exilado político, fixou residência no Rio, onde veio a falecer, em 16 de fevereiro de 1964.

Outra homenageada foi Therezinha Lins de Albuquerque (CRP 05/3), psicóloga que organizou, em 1955, o Serviço de Orientação Psicopedagógica (SOPP), pioneiro em Psicologia Escolar no Rio de Janeiro e centro de referência em todo o país. Primeira presidente do CRP-RJ, sua contribuição na área da Psicologia Escolar e Educacional é ainda hoje reconhecida.

Foi prestada homenagem também à psicóloga Cecília Coimbra (CRP 05/1780), professora e pesquisadora da UFF, militante e incansável defensora dos Direitos Humanos. Fundadora e atual vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ), foi também conselheira do CRP-RJ durante o XI e parte do XII Plenários.

Segundo dia

O segundo dia do evento começou com mais apresentações de trabalhos e exposição de pôsteres. À noite, teve início a segunda mesa, “Práticas Clínicas e Institucionais em espaços públicos e privados”, mediada pela psicóloga Vivian de Almeida Fraga (CRP 05/30376), mestre em Psicologia Social pela UERJ, consultora e pesquisadora em Psicologia e Políticas Públicas e conselheira do CRP-RJ no XII e XIII Plenários. Participaram como palestrantes Pilar Belmonte (CRP 05/7190), psicóloga, professora e pesquisadora da Escola Politécnica da Fundação Oswaldo Cruz, e Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608), psicóloga Clínica-Institucional, membro da Equipe Clínico-Política do Rio de Janeiro e presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ.

Pilar, que foi coordenadora de Saúde Mental do Rio de Janeiro entre 2009 e 2012, falou sobre a importância da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município e citou também o CAPS (Centro de



A exposição de trabalhos no formato de poster movimentou os corredores da UERJ

Atenção Psicossocial) como um dispositivo estratégico dentro dessa política.

Janne, por sua vez, abordou o cenário histórico-político do período da ditadura civil-militar brasileira (1964-85) e, a partir de relatos reais de vivências relacionadas a práticas de tortura e violação de Direitos Humanos, naquele período e atualmente, buscou analisar as interfaces éticas entre a prática clínica e sua dimensão política.

Encerramento

O último dia da Mostra foi marcado por apresentações de trabalhos e exposição de pôsteres. Ainda na parte da manhã, as (os) participantes puderam assistir também ao “Simpósio Emilio Mira y López: 50 anos depois – As diversas facetas de uma vasta obra”, coordenado por Ana Maria Jacó-Vilela. Na parte da tarde, houve a apresentação de 12 mesas temáticas sobre importantes questões que atravessam a prática da Psicologia na contemporaneidade.

Na parte da noite, teve início a última mesa da 8ª Mostra, chamada “Construção de Conhecimento”, com participação de André Feitosa (CRP 11/5064), psicólogo, mestre em Relação de Ajuda e Intervenção Terapêutica pela Universidade Autônoma de Lisboa e mestrando em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará, e Benilton Bezerra, psiquiatra, professor do Instituto de Medicina Social da UERJ e pesquisador do PEPAS (Programa de Estado e Pesquisa da Ação e do Sujeito). O debate foi mediado pelo psicólogo Pedro Paulo Bicalho (CRP 05/26077), professor adjunto do Instituto de Psicologia da UFRJ e conselheiro do CRP-RJ no XI e XII Plenários.



Psicólogas (os) se credenciam no primeiro dia da 8ª Mostra

Benilton tratou da importância da produção do conhecimento que, segundo ele, na Psicologia, ainda está muito atrelada à prática clínica apenas. Falou também da questão da alteridade, dos processos de subjetivação que se constituem a partir dela e do papel da Psicologia. Já André abordou a produção de subjetividades e sua relação com as ideologias construídas ao longo da história.

Encerrando as atividades da 8ª Mostra, houve a bela apresentação cultural do “Bloco Tá Pirando, Pirado, Pirou”, formado por usuários de Saúde Mental, funcionários do Instituto Pinel e militantes do Movimento pela Luta Antimanicomial.

Para ter acesso à cobertura completa do evento, acesse: <http://www.crprj.org.br/noticias/2014/090814.html>

CRP-RJ lança quatro livros durante 8ª Mostra

Durante a 8ª Mostra, houve o lançamento de cinco publicações organizadas e editadas pelo CRP-RJ, todas elas distribuídas gratuitamente entre os participantes interessados. Foram lançados os Cadernos do II, III e V Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira, compilando os trabalhos vencedores do Prêmio em 2009, 2010 e 2012. Além deles, foram lançados “Fragmentos de discursos (não tão amorosos) sobre o Exame Criminológico: um livro falado” e “Ética e Psicologia: Reflexões do CRP-RJ”. Veja abaixo mais informações sobre essas publicações.

“Ética e Psicologia”

O livro foi concebido com a proposta – e o desafio – de provocar uma reflexão sobre a Ética, para além do conjunto de princípios presentes no Código de Ética, como uma prática transversal que permeia toda e qualquer atuação na Psicologia e como um dispositivo de intervenção política na garantia dos Direitos Humanos.



Livros lançados pelo CRP-RJ na 8ª Mostra

Além disso, o livro apresenta um rico panorama sobre as atividades da Comissão de Orientação e Ética (COE) do CRP-RJ na condução de processos envolvendo denúncias contra psicólogas (os).

“Livro Falado”

Elaborado de modo inovador a partir de fragmentos de falas dos diversos atores do Sistema Prisional – como psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, juizes, defensores públicos e diretores e egressos de unidades prisionais –, o livro é uma obra coletiva sobre o Exame Criminológico.

O objetivo da publicação é instigar uma reflexão e um incômodo a respeito das diversas tensões e contradições técnicas, institucionais e éticas que envolvem a controversa

prática do Exame Criminológico nas unidades prisionais brasileiras.

Essas publicações estão disponíveis também para download gratuito na seção Publicações de nosso site: <http://www.crprj.org.br/publicacoes> Boa leitura!

Psicologia Clínica: as dimensões ético-políticas desse espaço (ainda) desafiador



A PSICOLOGIA CLÍNICA NÃO SE RESTRINGE AO ESPAÇO DO CONSULTÓRIO PARTICULAR: ELA É UMA PRÁTICA DESAFIADORA QUE INSTIGA O PROFISSIONAL A PENSAR CRITICAMENTE AS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DA SUA INTERVENÇÃO NO SUJEITO.

Se alguém entrar na sala de uma turma de graduação do 1º ou 2º período de Psicologia, seja numa instituição pública ou privada, e perguntar aos estudantes qual área da profissão desejam seguir, certamente a resposta da maioria será a Psicologia Clínica. Embora esse quadro tenda a se alterar – já que depois de graduadas (os) muitas (os) dessas (es) novas (os) psicólogas (os) passam a atuar em serviços públicos ou privados em diversas áreas – o fato é que a visão de uma clínica tradicional, que ainda separa Psicologia e política, continua predominante para uma significativa parcela das (os) profissionais brasileiras (os).

O Conselho Federal de Psicologia estima que pelo menos 70% das (os) psicólogas (os) inscritas (os) e ativas (os) em todo o país atuem nessa área. Muitos são os fatores que nos ajudam a compreender esse quadro. Entre outros, a ênfase da maioria dos cursos de graduação neste fazer clínico tradicional em detrimento dos demais campos da Psicologia; a precarização do mundo do trabalho, que impele muitas (os) psicólogas (os) para atuação em consultório privado, como profissionais autônomos, aprofundando esta prática clínica tradicionalista.

Além disso, é notório que a visão hegemônica da Psicologia em nosso país ainda gire em torno desta clínica clássica, apresentada de modo reducionista, ignorando a complexidade de sua atuação, a diversidade das práticas sócio-institucionais possíveis para esse campo e seus atravessamentos políticos.

Nesse sentido, embora esta clínica tradicional ainda seja exercida por muitos como um espaço privado de

uma prática psicoterápica dual (psicólogo/paciente), é preciso refletir sobre essa atuação de forma ampliada e crítica, tendo sempre em conta a dimensão ético-política que permeia esse fazer.

Aliado a isso, diversas e intensas foram as mudanças políticas, econômicas e culturais experimentadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas e, consequentemente, vários foram os atravessamentos nas práticas psicológicas em todos os seus âmbitos de atuação.

Pensar como essa nova realidade social afeta as pessoas é imperativo para que se problematize ético-politicamente a prática da Psicologia. No caso da prática de um tipo de Psicologia Clínica, ainda hoje hegemônica, é fundamental romper com alguns paradigmas existentes que remetem ao próprio emergir desse saber.

A figura do louco e a Psicologia

Ao longo do século XIX, com o intenso processo de industrialização, aprimoramento tecnológico

e aperfeiçoamento das técnicas de biomedicina, a Medicina consolidou-se como uma ciência de grande importância para a sociedade burguesa em ascensão. Foi nesse período que, a partir da clínica médica, foram produzidas as relações discursivas de poder que fabricaram o conceito de doença e seu respectivo tratamento. Herdeira desse modelo médico, a clínica psicológica despontou, então, com a função de observar e compreender, no indivíduo, os sintomas para, *a posteriori*, segundo afirmavam, intervir, “tratar” e “curar a doença”.

“A clínica como atividade é uma prática de tradição médica, pois se refere ao ato de inclinar-se no leito para observar a manifestação da doença no paciente (klinê). Na Psicologia, o termo ‘clínica’ foi empregado pela primeira vez nos EUA, em 1896, por Lightner Witmer”, explica Márcia Alves Tassinari (CRP 05/1718), psicóloga, especialista em Psicologia Clínica, sócia fundadora do Centro de Psicologia da Pessoa (CPP) e professora titular da Universidade Estácio de Sá.

Segundo a psicóloga, “a partir do próprio conceito de clínica e da presente ligação ao tratamento e cura das doenças de ordem mental, objeto inicialmente estudado pela Psiquiatria, fica evidente a influência da Medicina na Psicologia Clínica, também caracterizada pelo uso de jargões tipicamente médicos, como: paciente, prognóstico, diagnóstico, anamnese, alta”.

A psicóloga Cristina Barros Rauter (CRP 05/1896), doutora em Psicologia Clínica e professora titular de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal Fluminense (UFF), menciona também outra importante característica do nascimento da Psicologia Clínica: a necessidade de controle social.

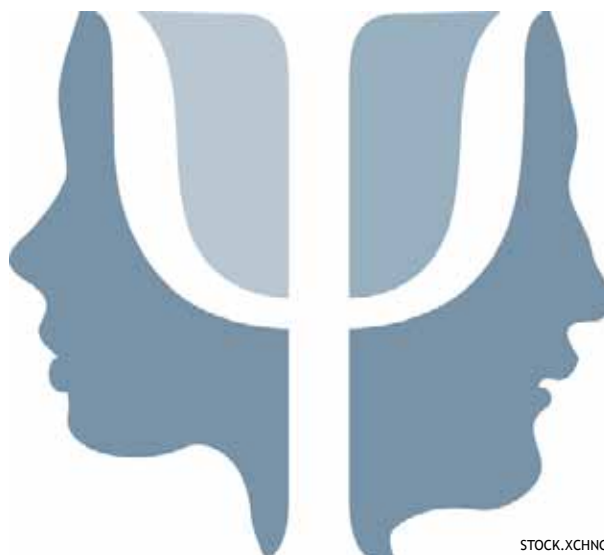
“Eu gosto daquela frase do Foucault: ‘A clínica psicológica surgiu a partir do confessionário’. Então, podemos dizer que a clínica teve duas origens: o ‘confessionário’ e a prática médica, com o nascimento do hospital. A clínica em Psicologia tem esses parentescos com as práticas das instituições disciplinares e Foucault mostrou muito bem o quanto elas são ligadas ao poder. Não estou querendo dizer que a Psicologia Clínica se reduza a isso, mas que ela surge tendo essa matriz”, destaca.

Desse modo, a Psicologia Clínica permaneceu associada a práticas disciplinares de poder e exclusão social, visando àqueles chamados de loucos. Não seria, portanto, exagero dizer que a Psicologia surge com a demanda de extirpar a loucura da sociedade burguesa.

“É nesse contexto que surge a clínica psiquiátrica, sobretudo em meados do século XIX. O louco deveria ser excluído da sociedade e os especialistas [psicólogos e psiquiatras] estariam ali para garantir esse trabalho”, afirma João da Mata Cesse Neto (CRP 05/29962), psicólogo, somaterapeuta, doutor em Sociologia pela Universidade de Lisboa e doutor em Psicologia pela UFF.

No início do século XX, essa lógica vai ser revista e questionada. Com a Psicanálise, Sigmund Freud desloca a importância dada à observação clínica no processo terapêutico e a transfere para a escuta, tirando o foco da doença para o sujeito. Com isso, a prática da clínica psicológica passou a estar vinculada a uma demanda do sujeito, não mais à patologia em si.

Conforme analisa João, “há um grande redimensionamento com o surgimento da Psicanálise: ela vai criar outro olhar para a noção da doença mental. A Psicanálise traz um entendimento diferente, não mais tentando excluir e isolar o paciente. Até então, a práxis do tratamento da loucura era a ideia do confinamento e da separação. Todo esse processo de confinamento da doença mental também está atrelado à ideia de que é preciso, de alguma forma, separar esse sujeito que não responde ao funcionamento ‘normal’ dentro do que é esperado e aceito socialmente”.



Ainda segundo o somaterapeuta, “o corpo passa a ser observado não como uma análise diagnóstica, mas como algo que produz sintomas e sinais, e o psicólogo e/ou o psicanalista vão, a partir desses sinais, entender o funcionamento dessa pessoa como algo que produz certo modo de estar na vida e no mundo”.

Psicologia Clínica para além do divã

A Psicanálise, portanto, trouxe uma nova perspectiva para o conceito que até então se tinha sobre o tratamento da doença mental, ajudando a romper com o estigma social de que ela estava associada apenas à loucura. No entanto, muitos acadêmicos e profissionais afirmam que esse novo olhar clínico voltou-se apenas para o sujeito, isoladamente, não considerando como ele é constantemente afetado pelo contexto social, político, econômico, histórico e cultural que o circunda e atravessa.

Esse modelo clínico vigorou por muitos anos na Psicologia, corroborado pela falaciosa noção de

que, como ciência, a Psicologia deveria ser neutra e objetiva. A partir da década de 1970, essa ideia, entretanto, começou a ser refutada por diversos pesquisadores e profissionais.

Na década seguinte, com o processo de redemocratização, a nova conjuntura social e política do país estimulou o surgimento de práticas críticas e democráticas que repercutiram no modelo tradicional da Psicologia Clínica, provocando as (os) psicólogas (os) a saírem do espaço do consultório particular – até então considerado como o templo sagrado do fazer psicológico – para que pudessem compreender os diferentes modos de produção de subjetividades. Nesse momento, a Psicologia começou a olhar o sujeito não como um indivíduo isolado, mas como um ser social, histórico e político.

“Desde a proposta da Reforma Psiquiátrica, na década de 1980, algumas mudanças foram responsáveis pelo rompimento do modelo clássico de Psicologia Clínica. A Psicologia precisou responder às novas demandas da sociedade, criando condições para a emergência de uma nova concepção de clínica como prática transformadora, comprometida com o sujeito histórico e não apenas intra-psíquico”, avalia Márcia.

A prática clínica passou a compreender uma atuação comprometida com o sujeito e com a sociedade na qual se insere e da qual é parte. Extrapolou as paredes do consultório, e, ultrapassando o *setting* terapêutico, alcançou as ruas, as instituições, os espaços públicos e coletivos, configurando novas possibilidades para o fazer clínico.

Conforme ressalta João da Mata, “a percepção do outro é fundamental ao nosso próprio reconhecimento. Não apenas a escuta no que a pessoa diz a partir da palavra, mas o que a gente percebe do outro, inclusive a partir do seu corpo e de sua interação. É nessa relação que se forma a possibilidade de uma nova prática social menos hierarquizada”.

Embora a clínica tradicional seja praticada por muitos como um espaço privado de uma prática psicoterápica, é preciso refletir sobre essa atuação de forma ampliada e crítica.

“Creio que seja nessa percepção do outro”, continua o somaterapeuta, “que cada um constitui-se como um sujeito social. O espelho social nos fornece uma imagem muito importante de nós mesmos, então, aí sim, acho que essa escuta ampliada que sai do *setting* pode ter um sentido pedagógico em que cada um aprende e percebe o outro”.

Atualmente, pode-se dizer que se descortina para a Psicologia Clínica um fazer para além da prática psicoterápica em um consultório privado, estando presente também em diversos equipamentos sociais, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as Residências Terapêuticas, os Consultórios de Rua, os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), entre outros.

Na avaliação de Márcia, “podemos exercitar a escuta clínica em diferentes contextos e espaços físicos”. Segundo ela, “é interessante acompanhar a discussão do atendimento on-line (veja mais no box da página 15) e a clínica de rua, os serviços de Plantão Psicológico, os atendimentos em hospital geral, modalidades de clínica psicológica que comprovam que o psicólogo cada vez mais está saindo em campo ao invés de permanecer estático em seu consultório”.

“Entendo a Psicologia Clínica como pertencente à área da Saúde, podendo atuar também no nível preventivo (prevenção primária), utilizando-se de diferentes orientações teóricas e promovendo saúde em diversos contextos para além do consultório particular: hospital geral, hospital psiquiátrico, prisões, manicômio, creche, postos de saúde, escolas, favelas, trabalho com meninos e meninas em situação de rua, com famílias vítimas de violência doméstica”, aponta a psicóloga.

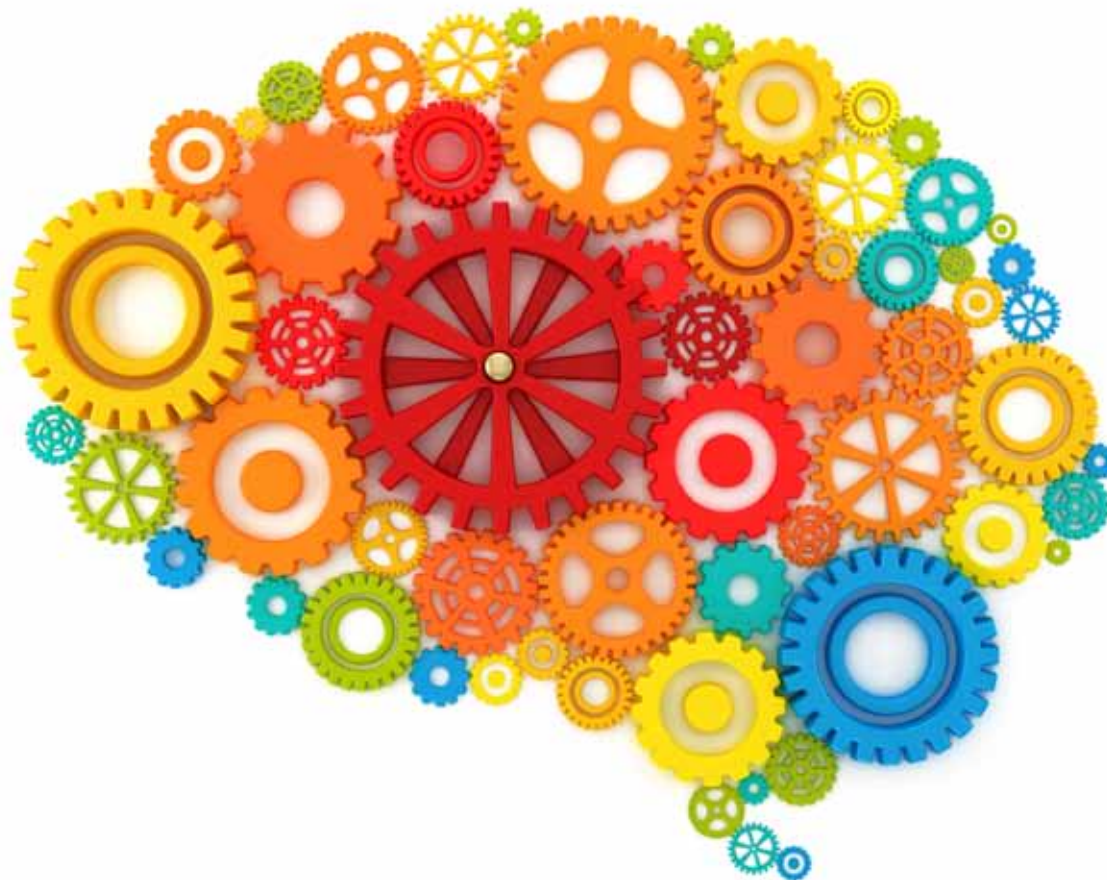
Uma prática que não é neutra

De modo geral, podemos afirmar que toda a prática psicológica está ligada a uma intervenção clínica, independente do espaço em que se dê a atuação da (o) psicóloga (o), já que a clínica psicológica não se caracteriza somente pelo local em que é praticada, mas, principalmente, pela escuta e acolhimento oferecidos ao sujeito. Diante disso, é inegável que toda a intervenção clínica é política e abrange uma grande responsabilidade ética e social.

Essa responsabilidade ética nos revela a irrefutável dimensão política da prática psicológica. Ainda assim,

muitas (os) profissionais mantêm-se céticos. “Clínica e política? O que tem uma coisa a ver com a outra?”, questionam-se alguns. “De modo algum eu faço política dentro do meu consultório enquanto atendo meu paciente”, protestam outros.

Esses questionamentos estão presentes na Psicologia brasileira, e é significativo o número de profissionais que relutam em admitir a dimensão política de suas práticas, sobretudo no âmbito clínico. Isso porque a Psicologia brasileira ainda carrega, embora em menor grau, o ranço deixado pela ideia, muito difundida, predominantemente na década de 1970, de uma



STOCK.XCHNG

ciência que deve ser objetiva, neutra e descolada das especificidades sócio-históricas que afetam o sujeito. Os próprios cursos de Psicologia ainda privilegiam, em grande parte, um modelo de formação baseado em conhecimentos técnicos e teóricos, sem aprofundar debates e reflexões sobre a dimensão e a responsabilidade sócio-ético-política dessa (desse) profissional em formação.

“Eu vejo o papel do psicólogo clínico como um papel imediatamente político”, afirma Cristina, “porque ele lida com questões das subjetividades, e sabemos que essas questões, no capitalismo atual, estão muito atravessadas pelas dinâmicas de controle social e pela uniformização da subjetividade. Contudo, as universidades geralmente não dão importância a essa

questão ou, então, fazem essa velha dicotomia entre a Psicologia Social e a Psicologia Clínica. Eu vejo que a Psicologia brasileira ainda hoje padece desse mal”.

Na opinião da professora da UFF, para romper com esse paradigma, é importante ter em mente outra noção de política. “Compreendo por política não aquela dicotomia que era feita pelo próprio marxismo, quando se achava que tudo que dissesse respeito ao indivíduo, à subjetividade e aos afetos não fazia parte da política. Entendo política como a possibilidade de transitar tanto por aspectos mais pessoais e individuais quanto pelos que envolvem a coletividade”.

Para Márcia, a dimensão política da atuação clínica está presente na afirmação de determinadas práticas. “Mesmo no espaço do consultório particular, a clínica pode e deve ser uma prática política, sem dúvida, na medida em que possa se afastar da dimensão higienista, voltada para a cura individual, e considerar as múltiplas influências que perpassam o sofrimento humano. A escuta clínica também é política na medida em que aponta o poder da pessoa em se responsabilizar pelas suas escolhas e rever os atravessamentos sociais e culturais, tornando-se, com isso, uma prática transformadora”.

Assim, não é possível cindir a prática clínica da prática política. Até

porque, voltando à própria história da Psicologia, percebemos que a clínica já surge com uma proposta política definida e nada neutra: a delimitação de papéis, espaços e territórios para os indivíduos dentro da sociedade a partir da exclusão e do aprisionamento dos ditos anormais e perigosos.

Nesse aspecto, João da Mata destaca que toda a prática clínica e psicológica está baseada numa relação de poder, e a (o) profissional precisa estar muito atenta (o) a isso. “O tipo de clínica que me interessa está diretamente relacionado à análise crítica de nossas próprias práticas de poder. Parte significativa de meu trabalho como psicólogo se dá a partir da terapia em grupo. Acho muito mais poderosa e transformadora a experiência da prática psicológica quando colocada

numa dimensão social. É no laboratório social em que o grupo funciona que se dá empiricamente a percepção de quais são as práticas de poder ali inerentes”.

De acordo com o somaterapeuta, o papel político da Psicologia Clínica deve ser a afirmação da vida, da singularidade e das potencialidades de ser e estar no mundo. “A clínica deve ser um processo para que, a partir daí, possamos potencializar nossa existência. Acho até que houve certo redimensionamento dessa ideia e é preciso que ela se fortaleça no sentido de aumentar a potência de existir e de viver em vários âmbitos”.

A clínica psicológica, então, pode ser pensada e praticada como um mecanismo político de resistência. Na passagem do século XIX para o XX, começaram a surgir na Psicologia questionamentos à lógica medicalizante do ajustamento e/ou confinamento daqueles que eram considerados loucos. A prática clínica precisa sempre se reinventar para não ser capturada por movimentos acrílicos de psicologi-

zação, patologização e medicalização das relações humanas, que, em pleno século XXI, se configuram como sofisticados mecanismos de exclusão.

A clínica psicológica não se caracteriza somente pelo local em que é praticada, mas, principalmente, pela escuta e acolhimento oferecidos ao sujeito.

“A clínica deve ser um dispositivo para criar um espaço de resistência a essas outras práticas de poder vistas como ‘naturais’”, complementa João. “A prática clínica deve ter mais essa perspectiva política, que é o que lhe dá sentido. Se a Psicologia age no sentido de adaptar as pessoas a certos padrões de normalidade, ela pode ser extremamente perigosa

por criar uma alienação. Agora, se a Psicologia se torna um espaço de resistência, ou ainda de aumento da capacidade de luta das pessoas no sentido de maior expansão de sua liberdade na relação permanente com o outro, ela pode ser extremamente revolucionária e transformadora”.

“Daí a importância”, corrobora, “de o profissional estar atento, inclusive, às suas próprias práticas de poder, ao plano ético e político de sua atuação. É preciso que a prática clínica saia do próprio olhar sobre si mesma e pense a forma como estabelecemos nossas relações amorosas, como educamos nossos filhos, como exercemos nossas profissões ou como expandimos nossa sociabilidade. A clínica precisa se preocupar com esses microfascismos cotidianos, com a forma que reproduzimos práticas de autoritarismo. Se não houver certo olhar para isso, a clínica se esvazia, pois, no sentido mais amplo, torna-se uma prática de afirmação de hegemonias”.

Psicoterapia on-line: uma nova possibilidade para a Psicologia Clínica?

Com o aprimoramento galopante e voraz das diversas tecnologias de comunicação, a psicoterapia on-line vem tornando-se uma prática cada vez mais comum pelo mundo. Embora não seja reconhecida em alguns países (como no Brasil), nos EUA, Canadá e Inglaterra, por exemplo, a psicoterapia on-line é regulamentada e vem atraindo a atenção de profissionais, estudiosos e pacientes há mais de uma década.

Em nosso país, contudo, essa prática tem causado grande controvérsia nos debates acadêmicos e entre as (os) profissionais. Seus defensores argumentam que esse atendimento barateia os custos da consulta, já que dispensa a infraestrutura de um consultório, e citam também a flexibilidade de horários e a possibilidade de manter o processo terapêutico à distância, caso o paciente necessite viajar ou mudar de endereço.

Em contrapartida, muitos sustentam que são incipientes os estudos que atestam a validade científica para que a psicoterapia on-line possa ser oferecida como um serviço. Além disso, argumentam que tal prática suscita importantes questões éticas, como a segurança e o sigilo dos dados transmitidos durante o atendimento, o que requer investimentos em tecnologia da informação.

Márcia Tassinari (CRP 05/1718), psicóloga, especialista em Psicologia Clínica e sócia-fundadora do Centro de Psicologia da Pessoa (CPP), afirma que, embora a Psicologia não deva se fechar às novas possibilidades, a psicoterapia on-line apresenta alguns desafios que devem ser avaliados.

“Não desconsidero a possibilidade de realizar um trabalho desta natureza nem o desqualifico. Entretanto, minha experiência pessoal no uso de ferramentas de

comunicação (chat, Skype, e-mail) me traz dificuldade em perceber algumas expressões e o aspecto emocional contido em algumas frases e colocações – e isto na clínica é muito importante”, destaca.

“O aspecto da confidencialidade é o maior complicador”, acrescenta. “Numa sessão por escrito, como saber se o paciente está sozinho do outro lado? Como saber se uma terceira pessoa está acessando o registro da conversa no computador do paciente?”

O Sistema Conselhos de Psicologia vem acompanhando de perto os desdobramentos desse debate. Em 2012, o CFP instituiu a Resolução nº 011/2012, regulando os serviços psicológicos realizados por meios de comunicação à distância. Apesar de a normativa estabelecer que o atendimento on-line deva ser realizado apenas em caráter experimental, ela permite um máximo de 20 orientações psicológicas on-line, desde que sejam de caráter pontual, informativo e não firmem o Código de Ética. A resolução prevê ainda a possibilidade de atendimento on-line eventual a pacientes que estejam momentaneamente impossibilitados de comparecer à consulta presencial.

Apesar de considerar “a iniciativa do CFP de grande importância”, Márcia tece algumas críticas à resolução. “Cada abordagem lida com a psicoterapia de uma maneira diferente e isso dificulta criar uma unidade na definição do processo psicoterapêutico. Além do mais, como diferenciar para o paciente que estou aconselhando, orientando ou fazendo psicoterapia? E se minha orientação assume um efeito terapêutico na vida da pessoa?”

Apesar de considerar “a iniciativa do CFP de grande importância”, Márcia tece algumas críticas à resolução. “Cada abordagem lida com a psicoterapia de uma maneira diferente e isso dificulta criar uma unidade na definição do processo psicoterapêutico. Além do mais, como diferenciar para o paciente que estou aconselhando, orientando ou fazendo psicoterapia? E se minha orientação assume um efeito terapêutico na vida da pessoa?”

“Ainda carecemos de elementos consistentes para grandes afirmações das práticas psicológicas mediadas pelo computador”, adverte a psicóloga. “Precisamos ter a mente aberta para aprender com a modernidade tecnológica e o coração atento para separar entusiasmo juvenil da sabedoria ética”.



Desse modo, cabe à (ao) psicóloga (o) estar sensível às relações de poder que estão presentes em suas intervenções. Essa situação tem estreita relação com a elaboração de laudos e pareceres, por exemplo, uma importante questão para a Psicologia atual.

A responsabilidade ética da intervenção clínica nos revela a irrefutável dimensão política da prática psicológica.

Conforme exemplifica Cristina, “vem sendo muito discutida atualmente a função dos psicólogos de fazer laudos e pareceres, como esses, por exemplo, que tentam ‘prever’ comportamentos de presos [exame criminológico], ou ‘saber’ se uma criança sofreu de

fato abuso sexual. Esse poder do psicólogo tem sido muito debatido pela categoria e isso é importante e vem gerando outras práticas”.

João, por sua vez, aponta a Psicologia na Educação como um campo repleto de possibilidades para desenvolver uma escuta clínica que promova as potencialidades de autonomia do sujeito.

“O psicólogo na escola pode escutar a criança, entender a sua demanda e não querer normalizá-la. Isso é muito importante para que possamos ter um olhar singular sobre as pessoas, entendendo que não somos iguais no sentido absoluto e que o outro não pode ser tratado no sentido universal de todas as condutas. É importante ter, sobretudo, esse olhar para essa diferença e que, a partir dele, tenhamos um cuidado muito grande do que pode virar um governo sobre o outro, uma tutela sobre o comportamento do outro. Acredito que parte

considerável do sofrimento emocional decorra da tentativa de enquadramentos a modelos de condutas que somos desde cedo ensinados a satisfazer”, diz.

Como vimos, a Psicologia Clínica não se limita a uma prática supostamente neutra exercida dentro de consultórios. Assim, o grande desafio para a Psicologia Clínica e para as (os) psicólogas (os) é gerar reflexão crítica sobre que efeitos-subjetividade estão sendo produzidos pelas práticas clínicas atuais. Aprender os diversos impactos da vida cotidiana sobre as pessoas e auxiliá-las a traçar estratégias de resistência ao cenário predominante de captura é uma maneira de desconstruir microfascismos cotidianos. Nesse sentido, a prática clínica deve se constituir a partir do exercício contínuo de pensar os limites éticos e os impactos políticos dessas intervenções na vida das pessoas.

Práticas Integrativas: uma controvérsia na Psicologia

Novas práticas terapêuticas, ainda em estágio inicial de estudos e validação científica, vêm conquistando espaço, provocando polêmicos debates entre profissionais e teóricos na Psicologia brasileira há, pelo menos, duas décadas.

Embora algumas delas sejam hoje aceitas e regulamentadas por algumas áreas da Saúde, as Práticas Integrativas (inicialmente chamadas de “Alternativas” e, mais tarde, “Complementares”) compreendem um conjunto de métodos e técnicas terapêuticas ainda não reconhecido pelo CFP como práticas psicológicas. Algumas delas são: Reiki, Cromoterapia, Terapia Floral, Aromaterapia, Reflexologia, Shiatsu, Terapias, Grafologia, Numerologia, Tarologia, Quiromancia, Terapia de Vidas Passadas, Cristalografia e Iridologia.

Diante disso, muitos se questionam: “Se algumas dessas práticas são regulamentadas por outras profissões, o que dificulta o seu reconhecimento na Psicologia?”

Ágnes Cristina da Silva Pala (CRP 05/32409), psicóloga clínica e conselheira do CRP-RJ, esclarece que as próprias mudanças na denominação dessas práticas evidenciam novos posicionamentos em relação à sua importância para as áreas da Saúde.

“Esta metamorfose ‘alternativa-complementar-integrativa’ assinala uma mudança de paradigma. O adjetivo ‘alternativa’ apontava certa transgressão, pois seria um ‘tratamento’ alternativo ao convencional, ou seja, uma prática ‘secundária’. Já o termo ‘complementar’ traz uma mudança radical: o alternativo passa a ser reconhecido como parte de um tratamento; é complemento da proposta terapêutica. Com a ‘integrativa’, há a aposta de essas práticas estarem integradas ao tratamento: não é mais uma alternativa e nem um complemento”, explica.



Atento a esse contexto, o CFP publicou, em 1997, duas importantes resoluções: a 010/97 e a 011/97. Embora não estabeleçam o reconhecimento das Práticas Integrativas, as normativas apontam, respectivamente, as diretrizes éticas para o seu uso como recurso terapêutico e os caminhos para o desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos na área. Isso é importante porque, ao oferecer

os subsídios éticos e técnicos para o desenvolvimento de estudos, as resoluções incentivam e qualificam o debate sobre a regulamentação dessas práticas.

Por outro lado, uma possível regulamentação das Práticas Integrativas coloca a (o) psicóloga (o) diante de uma nova demanda, elevando, com isso, a sua responsabilidade ética. Por isso, os estudos e pesquisas nessa área devem ser incentivados para contribuir para o reconhecimento acadêmico dessas práticas e, num terceiro momento, para sua aceitação como prática profissional na Psicologia.

Ágnes cita duas importantes práticas, hoje regulamentadas, como exemplos para a pavimentação do um possível caminho rumo ao reconhecimento das Práticas Integrativas. “A Hipnose (sem regressão a vidas passadas) e a Acupuntura são dois exemplos de práticas que não eram reconhecidas pelo CFP até 2000 e 2002, respectivamente. Porém, através de pesquisas, produções acadêmicas e articula-

ções da categoria, elas se tornaram reconhecidas, ampliando o campo de trabalho clínico da Psicologia”.

Se interessou pela temática? Acesse <http://site.cfp.org.br> e assista ao vídeo do Seminário “Práticas Integrativas e Complementares e Racionalidades Profissionais”, realizado em 2010 pelo CFP.

As Resoluções 010/97 e a 011/97 estão disponíveis para consulta e download em: www.crpj.org.br/legislação.

Ética na contemporaneidade e o papel do psicólogo



STOCK.XCHNG

POR MARCIA FERREIRA AMENDOLA*

Quando um profissional afirma, no contexto atual, que sua atuação é ética ou ético-política porque está amparada ou prevista no Código de Ética, há, nessa declaração, um juízo acerca do que se entende por essa expressão. Percebe-se, assim, que muito se fala de Ética – havendo até um uso recursivo dessa palavra –, porém, pouco se produz em termos de entendimento.

Eis o problema da Ética na contemporaneidade: a perda do seu rigor e contundência, tornando-se *slogan* em questões sociais, ecológicas, médicas, políticas, etc desde que abordadas de forma prazerosa, superficial e politicamente correta. Com isso, diversos discursos/práticas passaram a ser justificados em nome da Ética.

No entanto, a Ética não implica a adoção de medidas normatizadoras e adaptativas, porquanto isso seria torná-la rígida e inadaptável à diversidade de situações presentes no dia-a-dia dos indivíduos, perdendo sua referência histórica e seu caráter reflexivo.

Com efeito, Ética não se reduz a um código de conduta profissional; ela deve ser pensada como propositiva, como um conjunto de princípios que remete à capacidade de o indivíduo ponderar vários argumentos à luz de conhecimentos que possui naquele instante. De modo que, assim, possa fazer escolhas autênticas e tomar decisões potencializadoras de vida, criando novos modos de subjetivação e práticas de si singulares. Ética, portanto, é uma criação permanente que atravessa as situações e os tempos.

"Ética é uma criação permanente que atravessa as situações e os tempos"

Na contemporaneidade, percebe-se que o personalismo vem ganhando espaço e provocando confusão entre liberdade para fazer escolhas e concretizar todas as vontades. No entanto, para que o homem possa harmonizar seus interesses com os da sociedade, sua liberdade precisaria de autodeterminação.

Dessa forma, a regra está sempre presente, tal como o Código de Ética Profissional, porém, caberá ao profissional psicólogo decidir o modo de conduzir-se, orientar-se em relação a ela, articulando limites e possibilidades.

Assim, não é suficiente o conhecimento e cumprimento da norma para a conduta ser considerada ética; se assim o fosse, bastaria ensinar e cumprir o que determina o Código de Ética Profissional. É preciso que a prática, atravessada que está pelos diversos agenciamentos do sujeito, além de comprometida com esta e outras tantas normas, esteja implicada com as demandas advindas do campo da produção de subjetividade, ou seja, que a prática psicológica esteja implicada no modo como o sujeito age e se relaciona com o social, com a vida, a partir de uma escolha ou decisão que tome em determinada situação. Sendo a prática do profissional psicólogo uma intervenção intencional que promove efeitos sobre o mundo, sobre o social, ela tem caráter ético-político.

"A Ética não implica a adoção de medidas normatizadoras e adaptativas, porquanto isso seria torná-la rígida e inadaptável à diversidade de situações presentes no dia-a-dia dos indivíduos"

Quando esta prática psicológica se transforma em processo de enquadramento, que oferece um modo bom e certo de ver o mundo, o profissional deixa de pensar os acontecimentos como experiências singulares para buscar se assentar em garantias, seja de atender às demandas do trabalho, seja de oferecer explicações ou resultados verdadeiros e válidos. Com isso, tais práticas se estabelecem como processos redutores e moralizadores.

Desse modo, aspira-se que, para “ser-psicólogo” ético-político na contemporaneidade, o psicólogo deve “saber lidar com a multiplicidade sem recorrer às mais fáceis respostas à angústia que sempre nos acomete quando nos defrontamos com o indeterminado [...]. Mas, ser-psicólogo é também ocupar espaços e estar preparado para lidar com outras posições, para lidar com alteridades, o que nos remete à dimensão ética e política de nossa profissão”, diz Luís Cláudio Figueiredo (Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p.151-152).

* Marcia Ferreira Amendola (CRP 05/24729) é psicóloga, presidente da Comissão de Orientação e Ética (COE) do CRP-RJ e doutora em Psicologia Social pela UERJ.

PL das 30 horas passa pela Câmara e segue para sanção presidencial

SEM RECEBER RECURSOS NA CÂMARA, PL SEGUE DIRETAMENTE PARA SANÇÃO PRESIDENCIAL.

A carga horária máxima semanal de 30 horas para psicólogas(os) em todo o país, como estabelece o Projeto de Lei nº 3.338/2008, pode estar mais perto de virar realidade. Com a aprovação unânime do texto no dia 15 de julho pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara (CCJC), o PL aguardava, desde então, o prazo regimental de cinco sessões para ser encaminhado para sanção da presidente Dilma Rousseff. Nesse período, o PL não podia receber nenhum recurso. Caso contrário, deveria ser aprovado primeiramente pelo plenário da Casa antes de seguir para sanção presidencial.

No dia 14 de outubro, aconteceu a quinta e última sessão do prazo regimental. Como não foi apresen-

tado recurso, o texto seguirá diretamente para a Presidência da República. No dia 15 de outubro, o PL retornou à CCJC para validação de sua redação final. Até o fechamento desta edição, o texto aguardava somente a assinatura do presidente da Casa para ser encaminhado para a presidente Dilma, que terá o prazo de 15 dias úteis para sancionar o texto integralmente, com vetos parciais ou veto total.

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, assim como todo o Sistema Conselhos, defende a importância do PL 3.338/2008 não apenas para a(o) psicóloga(o) como também para toda a sociedade. Isso porque não se trata de uma reivindicação em defesa apenas de melhor qualidade de vida para a(o) profissional psicóloga(o); trata-se também de assegurar, com a redução da jornada de traba-

lho, um aumento da eficiência e da produtividade dessas(es) trabalhadoras(es), como se tem constatado em outros profissionais da Saúde (como assistentes sociais e fisioterapeutas) que já conquistaram seu direito às 30h semanais.

Além disso, com a redução da carga horária, a(o) profissional terá mais tempo para se dedicar a cursos de capacitação e formação continuada, aumentando a qualidade do serviço prestado e beneficiando diretamente os usuários do sistema de saúde, público ou privado, em nosso país.

Fique ligado em nosso site e mídias sociais para acompanhar a tramitação do projeto de lei!

Participe você também e ajude a fortalecer essa campanha nas mídias sociais: #psicologia30horas.



ARQUIVO CRP-RJ

A obrigatoriedade do registro profissional na Psicologia

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-RJ vem esclarecer às(aos) psicólogas(os) sobre a obrigatoriedade da inscrição profissional no Conselho para o exercício da Psicologia.

É importante destacar que registro é obrigatório para todas(os) as(os) profissionais no exercício da Psicologia, independente do enquadramento funcional na organização em que atua. Desse modo, mesmo que a(o) profissional ocupe cargos como assistente técnico ou analista de RH, ela(ele) deve estar inscrita(o) no CRP-RJ.

Esses são apenas alguns exemplos, pois o que a(o) profissional precisa verificar é o tipo de atividade realizada. Isso porque é obrigatória a inscrição no CRP-RJ para qualquer atividade técnica onde a formação de psicóloga(o) seja necessária para o desempenho da função.

Alertamos também que, mesmo que a instituição na qual a(o) profissional atue não exija a inscrição no Conselho, é de responsabilidade da(o) psicóloga(o) atentar para o tipo de trabalho que desempenha.

Assim, ao atuar sem o registro profissional no desenvolvimento de tarefas e técnicas comuns a outras profissões que contemplem conhecimento, temáticas e objeto de trabalho da Psicologia, a(o) psicóloga(o) estará exercendo ilegalmente a profissão.

Conforme previsto no Art.10 da Lei nº 5.766/1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, “todo profissional de Psicologia,

para o exercício da profissão, deverá inscrever-se no Conselho Regional de sua área de ação.”

Do mesmo modo, de acordo com o Art. 1º do Decreto nº 79.822 de 1977, que regulamenta a Lei n.º 5.766, “o exercício da profissão de Psicólogo, nas suas diferentes categorias, em todo o território nacional, somente será permitido ao portador de Carteira de Identidade Profissional expedida pelo Conselho Regional de Psicologia da respectiva jurisdição”.

Ficou com dúvidas nessa e em outras questões? Então, entre em contato conosco!

A COF tem a função de orientar a categoria e a sociedade sobre a legislação e temáticas relativas à prática da(o) psicóloga(o) no estado do Rio. Para tanto, concedemos plantões de atendimento presencial (sede e subsedes do CRP-RJ) e telefônico (somente na sede) nos seguintes dias e horários:

Sede: Segundas, Quartas e Quintas, das 9h30min às 13h, e Terças, das 13h30min às 17h. Telefone: (21) 2139-5432.

Subsedes:

Região Serrana: Terças, das 10h às 17h.

Região Norte Fluminense: Quartas, das 14h às 17h30min.

Baixada Fluminense: Terças, das 13h30min às 17h.

Dê sugestões de temas para a COF abordar na próxima edição do Jornal do CRP-RJ. Envie e-mail para cof@crprj.org.br.

Saúde Suplementar e a atuação das(os) psicólogas(os)

BAIXOS HONORÁRIOS, NÚMERO LIMITADO DE SESSÕES E A CENTRALIZAÇÃO NA FIGURA DO MÉDICO REPRESENTAM ENTRAVES À ATUAÇÃO PSI NA ÁREA.

As principais demandas das (os) psicólogas (os) ao CRP-RJ no que se refere à Saúde Suplementar dizem respeito aos baixos valores dos honorários pagos pelas operadoras de planos de saúde (uma média de R\$ 25 por sessão) e ao número limitado de sessões – 40 por ano de contrato, desde que dentro de certos diagnósticos do Código Internacional de doenças (CID-10).

Entretanto, a questão mais grave ainda continua sendo o cerceamento da autonomia da população, que, ao buscar o serviço da (o) psicóloga (o), necessita de um encaminhamento médico prévio para que o atendimento possa ser realizado.

Para o psicólogo e conselheiro do CRP-RJ Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809), “essa realidade configura o Ato Médico na prática e denuncia a dominação de um saber sobre os demais, representando um retrocesso na Saúde e nas diretrizes do SUS, que defende a interdisciplinaridade e a autonomia entre os saberes no campo da Saúde”.

Ações do CRP-RJ na Saúde Suplementar

Entre 2004 e 2010, a Coordenadoria Técnica (COTEC) do CRP-RJ se mobilizou em um estudo preliminar para propor ações no campo da Saúde Suplementar junto à ANS, às operadoras de saúde e à categoria.

As principais ações foram: articulação com o Sindicato dos Psicólogos na realização de reuniões com diversas operadoras de planos de saúde, nas quais foi conquistada a revisão do valor dos honorários e o fim da necessidade do encaminhamento médico em uma grande operadora; e a defesa, no Congresso Nacional de Psicologia (CNP), instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia, da necessidade de articulação junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e às operadoras para a revisão da própria lei que instituiu a Agência, a fim de remover, da normativa, o termo “médico assistente” que torna obrigatório o encaminhamento médico para atendimento psicológico.

A partir do segundo semestre deste ano, o CRP-RJ retomará as reuniões junto às operadoras e realizará um levantamento sobre as condições de trabalho das (os) psicólogas (os).

O CRP-RJ se faz presente nessa discussão por meio do conselheiro Alexandre Trzan Ávila, representante, pelo CFP, no Grupo Técnico (GT) da ANS, que inclui órgãos de defesa do consumidor, representantes de operadoras e outros conselhos profissionais.

Uma das principais discussões do GT refere-se ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que é a listagem mínima obrigatória de exames, consultas, cirurgias e demais procedimentos – entre eles, a psicoterapia – que os planos de saúde devem oferecer aos consumidores. Esse rol, inicialmente definido em 1998, já passou por diversas revisões, a última delas (RN nº 338) publicada em 21 de outubro de 2013 e em vigor desde 2 de janeiro deste ano.

“Entre as pautas de defesa e melhoria da Saúde Pública, consegui espaço também para a discussão da Saúde Suplementar por entender que ela afeta diretamente o trabalho de muitas (os) psicólogas (os) e, principalmente, a sociedade. Portanto, a participação e mobilização da categoria são fundamentais. Assim como ocorreu contra o Ato Médico, agora é necessário somarmos esforços na defesa inabalável da autonomia da (o) psicóloga (o) na Saúde Suplementar”, enfatiza.

“A Saúde Suplementar”, conclui o conselheiro do CRP-RJ, “ainda se configura como um saber centrado na figura do médico: hospitalocêntrico, privatista, mercantilista e com foco na doença e reabilitação e não na promoção da saúde e prevenção de doenças”.

Sobre Saúde Suplementar

Garantir o acesso gratuito e universal à saúde é um dever constitucional do Estado brasileiro. Contudo, a Constituição de 1988 determina, à mesma medida, que a iniciativa privada tem liberdade para desenvolver ações e serviços no âmbito da saúde. A isso chamamos Saúde Suplementar, uma realidade cada vez mais presente na sociedade brasileira atualmente e que engloba cerca de 50 milhões de beneficiários em todo o país. No intuito de regulamentar e normatizar esse setor, o governo criou, em 2000, a ANS.



Alexandre Trzan, conselheiro, é o representante do CRP-RJ nas discussões sobre Saúde Suplementar

A Saúde Suplementar no Brasil é um campo de embate onde forças distintas buscam conciliar o bom atendimento à população, a prática ética e qualificada dos profissionais de saúde e os interesses inerentes ao campo privado, como o lucro e a produtividade.

Nesse cenário, o CRP-RJ se faz atuante como ator que busca questionar o saber médico como porta de entrada para a psicoterapia, os valores muitas vezes aviltantes dos honorários pagos às (aos) psicólogas (os) e o número máximo de sessões anuais cobertos pelas operadoras.

"A Saúde Suplementar se configura como um saber centrado na figura do médico: hospitalocêntrico, privatista, mercantilista e com foco na doença e reabilitação"

“A Saúde Suplementar, portanto, se mantém como foco de acompanhamento e a atuação do CRP-RJ na busca pela melhoria das condições de trabalho da (o) psicóloga (o), pela defesa dos interesses da sociedade e pela implantação efetiva dos princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica”, afirma Trzan.

Subsede Baixada intensifica debates e mobiliza categoria para a 8ª Mostra

Até o mês de outubro desse ano, a Comissão Gestora da Subsede do CRP-RJ na Baixada Fluminense havia mobilizado psicólogos (os), estudantes de Psicologia, profissionais parceiros e Faculdades de Psicologia em torno de importantes debates para a região. Além disso, a Comissão Gestora tem apoiado encontros, na subsede, entre a categoria, o Sindicato dos Psicólogos e o Sindicato dos Assistentes Sociais.

Destacamos a realização do 43º Cine Psi no dia 29 de outubro em comemoração aos 20 anos da subsede e com a temática “História da Psicologia na Baixada”. Ressaltamos também outros Cine Psis: em abril, com a temática “A Psicologia no Esporte e as Políticas Públicas”; em maio, com tema “Integrando a luta do Dia Nacional de Enfrentamento e Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.

Merece destaque também a 14ª Rodas e Encontros, realizada em março com o tema “Elaboração de documentos: relatos, pareceres e sigilo profissional”, que contou com a participação do CRESS-RJ e de psicólogos (os) e assistentes sociais em torno do fazer multidisciplinar e intersetorial.



Debate sobre laudos, pareceres e sigilo profissional de psicólogos e assistentes sociais



Comissão Gestora da Baixada amplia atuação junto às universidades durante Semana de Psicologia

Em julho, promovemos mais um edição do Rodas e Encontros com a temática “A Psicologia e suas práticas”, mobilizando profissionais e estudantes da região para apresentar trabalhos durante a 8ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia, promovida pelo CRP-RJ entre 27 e 29 de agosto na UERJ.

Em agosto, participamos ativamente da “Semana da Psicologia” nas Universidades Estácio de Sá/Nova Iguaçu, UNIGRANRIO/Caxias, SEFLU/Nilópolis, UNIABEU/Belford Roxo e UFRRJ/Seropédica.

Quanto ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) na Baixada, concluímos o primeiro mapeamento da Saúde Mental, a começar por Nova Iguaçu, e realizaremos em breve um encontro com os profissionais e gestores da rede.

Em novembro, realizaremos um seminário em parceria com o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu com a temática “Violência, tráfico, exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes”. Em breve disponibilizaremos mais informações.

A cobertura completa dos eventos supracitados está disponível no site do CRP-RJ. Acesse www.crprj.org.br/noticias e confira!

Comissão Gestora: Vanda Vasconcelos (CRP 05/6065); Viviane Martins (CRP 05/32170); Denise Malheiro (CRP 05/18051); Mônica Sampaio (CRP 05/44523); Jacqueline Soares (CRP 05/41408); **Estudantes:** Rogéria Thompson (UNIABEU); Edith Andrade (Estácio de Sá); Flávia Senna (UNIABEU).

Contato: (21) 2768-0007 / subsedeni@crprj.org.br / **Facebook:** Subsede Baixada CRP-RJ

Censura Pública

O Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região, na forma do que dispõe o parágrafo 2º do Artigo 69 do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP nº. 006/2007, dando cumprimento à decisão definitiva apurada no Processo Disciplinar Ético nº 024/11, onde figura como representante a Sr.ª Elba da Rocha Machado, vem CENSURAR PUBLICAMENTE o Psicólogo ARTUR PEREIRA DE OLIVEIRA, inscrição nº. CRP 05/34996, pelo descumprimento do Artigo 1º alínea “c”; Artigo 2º alínea “g”; Artigo 9º e Artigo 10º do Código de Ética Profissional do Psicólogo - Resolução CFP nº. 010/2005.

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2014

José Novaes, Presidente do Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região (Publicado no DOU em 8 de outubro de 2014 / Seção 3)

Censura Pública

O Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região, na forma do que dispõe o parágrafo 2º do Artigo 69 do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP nº. 006/2007, dando cumprimento à decisão definitiva apurada no Processo Disciplinar Ético nº 011/07, onde figura como representante o Sr. Jurandy Lima, vem CENSURAR PUBLICAMENTE a Psicóloga MARIA DE LOURDES COSTA DE MORAIS, inscrição nº. CRP 05/16296, pelo descumprimento do Artigo 1º alínea “a” e Artigo 2º alíneas “j”, “o” do Código de Ética Profissional do Psicólogo - Resolução CFP nº. 010/2005.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2014

José Novaes, Presidente do Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região (Publicado no DOU em 11 de julho de 2014 / Seção 3)

Comissão Gestora da Região Serrana* amplia ações em 2014

A Subsede Região Serrana do CRP-RJ, através da sua Comissão Gestora, informa os principais eventos e ações desenvolvidos na região com o objetivo de, não apenas ampliar o diálogo com a categoria, como também expandir as nossas atividades e parcerias com outras(os) psicólogas(os), estudantes e instituições da Psicologia.

Dentre essas ações, podemos destacar a realização, em fevereiro, da mesa “Política Pública do SUAS e Controle Social”, que discutiu o papel da(o) psicóloga(o) e da(o) assistente social nas políticas de Assistência. Participaram da mesa a psicóloga e conselheira do CRP-RJ Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667) e a assistente social Alena Mab Goes Contente (CRESS 15104/ 7ª Região).

Promovemos também, em abril, a roda de conversa “Violência contra a Mulher e seus Protagonistas”, com participação das psicólogas Brenda Fischer Sarcinelli Pacheco (CRP 05/32367) e Débora Dias da Costa (CRP 05/34524) – que atuam no atendimento às

vitimas dessa violência e aos agressores – discutindo a dinâmica da violência contra a mulher e a atuação da(o) psicóloga(o) nessa área.

Vale ressaltar o CinePsi sobre “Diversidade de Gênero”, em julho, com exibição do documentário “Transhomem ou Homem Trans”, com as psicólogas Priscila Gomes Bastos (CRP 05/33804), presidente da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas, e Maiara Fafini (CRP 05/43721), colaboradora da Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ e do GT Integrado Psicologia e Relações Étnico-Raciais, Diversidade Sexual e Identidade de Gêneros.

Em agosto, ocorreu mais uma discussão sobre “Ética e Elaboração de Documentos”, ministrada pela presidente da Comissão de Orientação e Ética (COE) do CRP-RJ, Márcia Ferreira Amêndola (CRP 05/24729).

No 1º semestre, a subsede passou a contar com a atuação do psicólogo fiscal da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) Sérgio Correa da Fonseca (CRP-

05/32333), que desenvolverá um amplo trabalho de fiscalização e orientação nos municípios da região.

Com o objetivo de expandir o trabalho da subsede para os demais municípios da região, estivemos em Teresópolis buscando parcerias com instituições para promovermos eventos e expandirmos nossos núcleos de atuação.

Gostaríamos, ainda, de agradecer a parceria com a Casa Cláudio de Souza, em Petrópolis, que tem aberto suas portas para a realização de nossos eventos, contribuindo com as ações da subsede e permitindo que psicólogas (os) e estudantes da região compartilhem suas experiências e conhecimentos.

Por fim, convidamos todas (os) as (os) psicólogas (os), em especial as (os) da Região Serrana* a participarem mais das atividades da subsede.

Comissão Gestora: Simone Garcia da Silva (CRP 05/40084) – conselheira-presidente; Colaboradores: Fabíola Foster de Azevedo (CRP 05/42893), Ismael Eduardo Machado Damas (CRP 05/42823), Josiane Oliveira Santos (CRP 05/44374) e Andreia Nunes Costa (CRP 05/46274).

Contato: subsedepetropolis@crprj.org.br / Tel: (24) 2243-0834.

*A Região Serrana abrange os seguintes municípios: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.

Comissão Gestora do Norte-Noroeste Fluminense intensifica agenda de trabalho

As ações da Subsede Norte e Noroeste Fluminense do CRP-RJ em 2014 têm dado continuidade ao projeto político de interiorização e regionalização do Conselho, fortalecendo sobretudo as discussões de âmbito regional.

As rodas de conversa realizadas abarcaram temas fundamentais. A roda de conversa “Psicologia e Educação” trouxe um rico panorama da atuação da (o) psicóloga (o) escolar nos municípios da região, viabilizando a articulação entre a categoria e impulsionando diversos encaminhamentos, tais como a criação de um Grupo de Trabalho em Psicologia e Educação, que conta com a participação de psicólogas (os) da rede municipal de Campos dos Goytacazes e São João da Barra.

A Roda de Conversa “A Psicologia e sua Interface com a Justiça” promoveu o debate sobre as implicações éticas, políticas e técnicas nas quais as (os) psicólogas (os) estão imersas (os) no cotidiano de trabalho, tendo em vista as demandas recebidas da Justiça, como a produção de documentos escritos resultantes de avaliações psicológicas.

Entre as diferentes ações, foi também realizada uma reunião devolutiva do mapeamento de Saúde Mental no município de Campos, resultado de uma série de visitas e fiscalizações nos dispositivos da área. Este é mais um fruto do grupo de trabalho composto pela Subsede Campos e pela Seccional Campos do Conselho Regional de Serviço Social, que, desde 2012, desenvolvem um trabalho em conjunto, concretizando atuações em diversos âmbitos.

Eventos junto à categoria e às universidades são potencializadores de objetivos almejados. Desse modo, o encontro “Ética e Condições de Trabalho”, realizado na Universidade Federal Fluminense de Campos, foi um importante momento para discussão e esclarecimento de questões relacionadas ao exercício profissional e às implicações éticas, políticas e técnicas encontradas no cotidiano de trabalho, bem como a questões trabalhistas diversas.

A Comissão Gestora ainda esteve presente na “Jornada de Psicologia Hospitalar” na Faculdade de Medicina de Campos, evento interdisciplinar que contou com a presença de profissionais e estudantes de



Reunião com profissionais da região acontece na subsede em Campos dos Goytacazes

diversas áreas, onde foi abordada a questão da ética, sigilo e confidencialidade na prática da (o) psicóloga (o) no espaço das instituições de Saúde.

Outro recente encontro com a categoria se deu por meio da Roda de Conversa “Psicologia e Políticas Públicas: elaboração, participação e Controle Social”, que discutiu a atuação de psicólogos em conselhos de direitos como representando a categoria na construção, execução e avaliação das políticas e ações da gestão pública.

Comissão Gestora: Fátima dos Santos Siqueira Pessanha (CRP 05/9138), conselheira-presidente; Denise da Silva Gomes (CRP 05/41189), conselheira; Evelyn Rebouças de Gouvêa (CRP 05/41205), colaboradora.

Contato: subsedecampos@crprj.org.br / Tel: (22) 2728-2057.

Anuidade 2015: veja os valores aprovados

As (os) psicólogas (os) presentes na Assembleia Orçamentária, realizada no dia 25 de setembro na sede do CRP-RJ, aprovaram um reajuste de 6,33% nos valores da anuidade, das taxas e multas para o ano de 2015. Esse reajuste refere-se à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulada entre agosto de 2013 e julho desse ano.

O valor da anuidade para pessoa física ficou estabelecido em R\$ 383,76 e para pessoa jurídica em R\$ 480,29. O vencimento da anuidade é 31 de março de 2015. Entretanto, quem fizer o pagamento antecipado terá direito a desconto, conforme tabela abaixo:

VENCIMENTO	DESCONTO	P. FÍSICA	P. JURÍDICA
31 de Janeiro/2015	10%	R\$ 345,90	R\$ 432,77
28 de Fevereiro/2015	5%	R\$ 364,83	R\$ 456,53
31 de Março/2015	—	R\$ 383,76	R\$ 480,29

A anuidade de 2015 poderá ser paga também em cinco parcelas, sem juros, de acordo com a tabela abaixo:

PARCELAS	P. FÍSICA	P. JURÍDICA	VENCIMENTO
1ª	R\$ 80,86	R\$ 100,17	31/01/2015
2ª	R\$ 75,73	R\$ 95,03	28/02/2015
3ª	R\$ 75,73	R\$ 95,03	31/03/2015
4ª	R\$ 75,72	R\$ 95,03	30/04/2015
5ª	R\$ 75,72	R\$ 95,03	31/05/2015
Total	R\$ 383,76	R\$ 480,29	

Ainda durante a Assembleia, foi aprovada a proposta de redução na taxa de inscrição de pessoa física de 20% para 10% do valor total da anuidade de pessoa física. A ideia tem como objetivo estimular o maior número de psicólogas (os) recém-formadas (os) a se inscreverem no CRP-RJ. Veja abaixo os valores:

TABELA DE TAXAS		
Inscrição de Pessoa Física	R\$ 37,86	(10% do valor da anuidade de P. Fís.)
Segunda Via da Carteira	R\$ 15,15	(4% do valor da anuidade de P. Fís.)
Inscrição de Pessoa Jurídica	R\$ 285,10	(60% do valor da anuidade de P. Jur.)

Atenção: Em caso de dúvidas, envie e-mail para cobranca@crprj.org.br ou entre em contato com a sede do CRP-RJ ou com a subsele mais próxima. No caso de envio de e-mails, o setor responsável tem até 5 (cinco) dias úteis para resposta.

Para ver a cobertura completa da **Assembleia Orçamentária** e assistir à integra do evento, acesse <http://www.crprj.org.br/noticias/2014/100914c.html>

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS ADAPTADO DE JAN. A JUN. DE 2014

RECEITAS	
Receitas de Contribuições	6.822.019
Receitas de Serviços	88.723
Receitas Financeiras	396.799
Dívida Ativa	35.401
Outras Receitas	39.279
Total das Receitas Brutas	7.382.221
TRANSFERÊNCIAS (-)	
Conselho Federal de Psicologia	1.804.427
Total das Receitas Líquidas	5.577.794
DESPESAS (-)	
Pessoal, Encargos Trabalhistas, Benefícios e Estagiários	1.661.768
Jeton, Diárias e Ajudas de Custo	161.766
Passagens	18.506
Hospedagens	19.504
Materiais de Consumo	14.815
Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas	663.894
Tributos	9.209
Serviços Bancários	102.738
Demais despesas correntes	120.237
Restos a pagar	243.296
Total das Despesas de Operações	3.015.733
INVESTIMENTOS (-)	
Reformas	0
Móveis e Utensílios	0
Máquinas e Equipamentos	27.356
Veículos	0
Equipamentos de Informática	0
Softwares	0
Total dos Investimentos	27.356
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PERÍODO	2.534.705

José Novaes (CRP 05/980) - Conselheiro presidente | Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809) - Conselheiro tesoureiro | Roner Tavares - Contador CRC/RJ 097613/O 8

“Dialogando com o CRP-RJ” reúne profissionais em importantes debates sobre a prática da Psicologia

O PROJETO É FRUTO DE UMA PARCERIA ENTRE A COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E A COMISSÃO REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO CRP-RJ

A partir de uma parceria inovadora entre a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e a Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH), o CRP-RJ vem promovendo, desde maio desse ano, uma série de eventos chamados “Dialogando com o CRP-RJ”. Esse projeto foi pensado para promover uma agenda de debates sobre importantes pautas da Psicologia brasileira na atualidade e também para aproximar psicólogos (os) e estudantes.

O primeiro “Dialogando com o CRP-RJ” aconteceu no dia 28 de maio, na sede do CRP-RJ, e reuniu psicólogas (os) que atuam na Divisão de Psicologia do DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas). Para fomentar o debate, foram convidadas Maria Helena Zamora (CRP 05/12685), professora da PUC-Rio, atuante nas áreas de Psicologia Jurídica e Psicologia Social Comunitária, e Graziela Contesoto Sereno (CRP 05/30279), psicóloga que atua no Sistema Socioeducativo.

A segunda edição do evento aconteceu em Macaé, no dia 17 de julho, e teve como tema “Psicologia e suas Interfaces com a Saúde, Educação, SUAS e Justiça”. A roda de conversa contou com a presença de diversos profissionais, que compartilharam suas experiências e

debateram suas práticas, dificuldades e possibilidades de avanço no trabalho realizado na região.

No dia 23 de julho, foi promovida mais uma edição do evento, na sede do CRP-RJ com temática “A pele que habito”, sobre a implicação da Psicologia e seus profissionais com a questão da identidade de gênero e as relações étnico-raciais. Foram convidadas Jaqueline Gomes de Jesus, mestre em Psicologia, doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações e conselheira do CRP-DF, e Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929), pós-graduada em “Raça, Etnias e Educação no Brasil”, mestre em Psicologia pela UFF, membro da Articulação Nacional de Psicólogos (as) Negros (as) e Pesquisadores (as) e conselheira do CRP RJ.

“Psicologia no Esporte: contribuições e desafios” foi o tema do quarto “Dialogando com o CRP-RJ”, realizado no dia 6 de agosto na sede do Conselho. Cerca de 80 participantes marcaram presença nessa discussão, que ganhou força a partir da visibilidade inesperada que a atuação da Psicologia no campo do esporte adquiriu na mídia, especialmente com a realização da Copa do Mundo de Futebol e a proximidade dos Jogos Olímpicos de 2016.

A 5ª edição do evento aconteceu no dia 24 de setembro, também na sede do CRP-RJ, trazendo para discussão a temática “As práticas psicológicas no SUAS e a interface com a Justiça: a proteção especial em debate”. O encontro foi organizado em parceria com a Comissão de Psicologia e Justiça do CRP-RJ e teve a presença da assistente social Aline Peçanha Oliveira,

especialista em Saúde Mental e Trabalho Social (UFRJ) e servidora da Prefeitura do Rio de Janeiro, da psicóloga Aline Pereira Diniz (CRP 05/20758), pós-graduada em Saúde Coletiva (Fiocruz) e Clínica Transdisciplinar (UFF) e servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ), e da psicóloga Rosimeri Barbosa

Lima (CRP 05/13969), especialista em Saúde Mental e Atenção ao Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas.

A cobertura completa de cada edição do “Dialogando com o CRP-RJ” está disponível em nosso site: www.crprj.org.br. Os vídeos completos de cada evento também podem ser assistidos em nossa página no Youtube: www.youtube.com/channel/UCfgP81Clk3wOis358J-ix1A

Fique ligada (o) em nosso site e mídias sociais para acompanhar as datas dos próximos eventos do “Dialogando com o CRP-RJ” e participe!



ARQUIVO CRP-RJ

CRP-RJ promove debate sobre Sistema Único de Assistência Social

A Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas (CRPPP) do CRP-RJ realizou, no dia 4 de junho, na sede do Conselho, a mesa de debates “As (os) psicólogas (os) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”. O objetivo do evento, que contou com mais de 150 participantes, foi fomentar a reflexão a respeito da atuação dessas (es) profissionais nessa política.

Os debatedores foram: Maria Helena Zamora (CRP 05/21685), psicóloga atuante em Psicologia Jurídica e Psicologia Social Comunitária e professora da PUC – Rio, Eduardo Mourão Vasconcelos (CRP 05/32652), psicólogo, mestre em Ciência Política, doutor pela London School of Economics (Inglaterra) e professor da Escola de Serviço Social da UFRJ, e Hilda Corrêa, assistente social, ex-conselheira do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro e militante no Fórum de População Adulta em Situação de Rua.

Anália Martins de Sousa (CRP 05/31168), então presidente da CRPPP, ressaltou a grande procura pelo evento, o que demonstrava, segundo ela, a importância da realização de novos encontros sobre a atuação de psicólogas (os) na Assistência Social.

Hilda falou da importância da proximidade dos assistentes sociais e psicólogos e o cuidado necessário quanto às atribuições distintas de cada categoria. Eduardo, por sua vez, apresentou o processo de inserção das (os) psicólogas (os) no SUAS. Já Maria Helena questionou o lugar que a Psicologia é chamada a ocupar nas políticas de Assistência Social, defendendo a importância do olhar atento da (o) psicóloga (o) para não reproduzir práticas de segregação e exclusão.

A cobertura completa do evento está disponível em nosso site no link: <http://www.crprj.org.br/noticias/2014/070214.html>.

III Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas e IX Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos

O EVENTO ACONTECERÁ NOS DIAS 13 E 14 DE NOVEMBRO NA UERJ. AS INSCRIÇÕES SÃO GRATUITAS.

Participe do III Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas e IX Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos: Participação e Garantia de Direitos - O que a Psicologia tem a ver com isso?. O evento acontecerá nos dias 13 e 14 de novembro no auditório 91 do 9º andar da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - campus Maracanã.

As inscrições são gratuitas e deverão ser realizadas no próprio local do evento. Em caso de dúvidas, envie e-mail para compoliticaspUBLICAS@crprj.org.br ou entre em contato pelo telefone (21) 2139-5442.

O campus da UERJ fica localizado na Rua São Francisco Xavier, nº 524 – Maracanã (próximo à estação de trem e metrô do Maracanã).

Veja abaixo a programação:

1º DIA: 13 DE NOVEMBRO (QUINTA-FEIRA)

8h30min | Inscrição

9h | Mesa de abertura

9h30min | Mesa de debates - O corpo é meu: Despatologiza!

Palestrantes e Mediador a confirmar.

11h | Mesa de debates – Atuação das (os) psicólogas (os) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

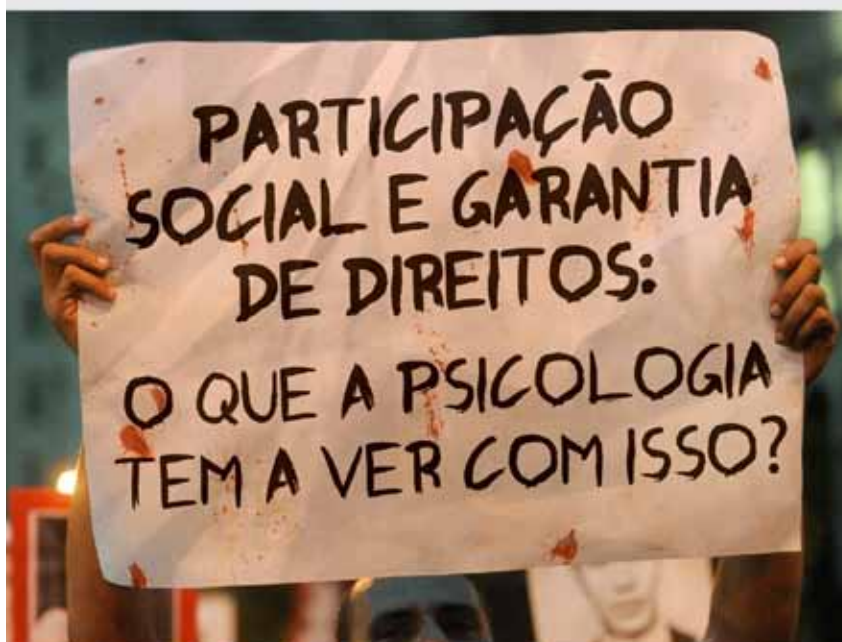
Palestrantes: Eduardo Mourão Vasconcelos (CRP 05/32652), Joari Carvalho (CRP 06/88775), José Crus

Mediadora: Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667)

13h | Almoço

14h | Mesa de debates - Violência e Terrorismo de Estado ontem e hoje: Linhas de Fuga

III SEMINÁRIO REGIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS
IX SEMINÁRIO REGIONAL DE PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS



DIAS 13 E 14 DE NOVEMBRO DE 2014 DAS 9H ÀS 19H

INSCRIÇÕES NO LOCAL (UERJ - AUDITÓRIO 91 - 9º ANDAR)

INFORMAÇÕES: [WWW.CRPRJ.ORG.BR] [COMPOLITICASPUBLICAS@CRPRJ.ORG.BR] OU TEL. (21) 2139-5442
ENDEREÇO: R. S. FRANCISCO XAVIER, 524, BL. E, 11º ANDAR - AUDITÓRIO, MARACANÃ - RIO DE JANEIRO/RJ

REALIZAÇÃO: Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

ARQUIVO CRP-RJ

Palestrantes: Beatriz Affonso, Jandira Guaraci de Lucena Mendes, Eduardo Losicer

Mediadora: Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608)

16h | Mesa de debates – Infância, Inclusão e Medicalização: políticas públicas a serviço de quê?

Palestrantes: Luis Fernando de Oliveira Saraiva (CRP 06/81533), Aline Lima da Silveira Lage, Rui Massato Harayama

Mediadora: Helena Rego Monteiro (CRP 05/24180)

18h | Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira

2º DIA: 14 DE NOVEMBRO (SEXTA-FEIRA)

8h30min | Inscrição

9h | Mesa de debates - Políticas para a criança e o adolescente: discutindo as medidas de proteção

Palestrantes: Juraci Brito da Silva (CRP 05/28409), Esther Arantes (CRP 05/3192), Alexandre Nascimento (CRP 05/33108)

11h | Mesa de debates - Judicialização, Ressentimento e Punição

Palestrantes: Marcelo Chalhó, Érika Figueiredo Reis (CRP 05/24077), Rubens Casara.

Mediador: Alexandre Trzan (CRP 05/35809)

13h | Almoço

14h | Mesa de debates – Por um novo paradigma sobre drogas: dever do Estado, direito do usuário.

Palestrantes: Taniele Cristina Rui, Orlando Zaccane D'Elia Filho, Francisco de Abreu Franco Netto (CRP 05/38521).

Mediadora: Julia Horta Nasser (CRP 05/33796)

16h | Mesa de debates - Direito ao Território: Inserções e Exclusões

Palestrantes: Tania Pacheco, Maria Lucia Santos Peir, Alexandre Pessoa Dias.

Mediadora: Fernanda Haikal Moreira (CRP 05/34248)

18h | Conferência de Encerramento

Para ver mais informações sobre o evento e sobre os palestrantes de cada mesa, acesse:
www.crprj.org.br/noticias/2014/100714.html